

040ª SESSÃO ORDINÁRIA 11MAI2015**(Texto com revisão final.)**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 017/15, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no Seminário sobre Pátria Educadora e Políticas Nacionais, em Brasília, nos dias 7 e 8 de maio de 2015.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, a nossa Bancada do PMDB está de luto hoje com a morte do Deputado e ex-Ministro Mendes Ribeiro Filho, e eu solicito um minuto de silêncio pelo seu falecimento e queria fazer uma sugestão a V. Exa., aos Pares, se assim entenderem, que, quando morre um ex-Vereador, que se façam um, dois ou três dias de luto na Câmara de Vereadores. Acho que isso é uma homenagem para quem passa por esta Casa, para quem começa sua vida política aqui. É uma sugestão que eu dou para que se faça isso, se não houver, ainda, essa manifestação da Câmara. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos o pedido de um minuto de silêncio pelo falecimento do Deputado Mendes Ribeiro Filho, pai do nosso Ver. Pablo, com o qual já conversei, externando nossos sentimentos da Câmara de Porto Alegre.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vou me dirigir a toda esta Câmara Municipal, até porque a figura do Mendes Ribeiro Filho continha em si, no seu modo de fazer política, a amplitude necessária para cada momento histórico. Quero me dirigir de uma forma muito especial à Bancada do PMDB, através de todos os seus componentes e do seu Líder, Ver. Idenir Cecchim, que, há pouco, com a

concordância nossa do PCdoB, já dissemos anteriormente, pediu um luto oficial nesta Câmara Municipal, pela perda de um homem que também foi nosso ex-Vereador.

Eu fui eleita em 1982, pelo PMDB, e o Mendes Ribeiro foi eleito em 1982 pelo PDS. No PMDB, uniam-se todos aqueles homens e mulheres cujos partidos estavam na clandestinidade, à época, PCdoB, PCB e PSD, e mais vários companheiros que, logo em seguida, no processo da luta pela redemocratização, seriam os fundadores do PT.

Eu quero começar dizendo que o Mendes Ribeiro, o jovem, ele teve a compreensão da necessidade de uma aliança de centro-esquerda para o processo de redemocratização.

Não esqueço uma tarde, uma sexta-feira, em que toda a nossa Bancada do PMDB, liderada pelo André Forster – mais o Lauro Hagemann, o Braz, a Gladis Mantelli, o Werner Becker, o Caio Lustosa e esta Vereadora –, participou de uma reunião na casa do Werner Becker, cujo convidado era o Mendes Ribeiro. Foi um momento histórico, porque a Bancada do PMDB passou, a partir daquele processo, a contar com a participação do Mendes Ribeiro Filho. Ele veio somar naquela luta, que era aglutinada anteriormente pelo MDB, depois pelo PMDB, pela redemocratização.

Eu acho que sempre a história é nossa aliada para compreender cada momento político de um país, para que nós possamos dar saltos rumo a uma sociedade democrática, libertária. Há homens e mulheres que colocam sua história individual no processo coletivo, e, nesse processo, firmam compromissos. Eu quero dizer que de alguns que eu fui testemunha, até porque na militância, para chegarmos à democracia no nosso País novamente, muitos processos ocorreram: o próprio processo de enfrentamento à ditadura; o processo da redemocratização; o Muda Brasil, com Tancredo; o processo da Assembleia Nacional Constituinte, e, no Estado do Rio Grande do Sul, a Assembleia Estadual Constituinte foi presidida pelo Mendes Ribeiro Filho; o Fora Collor; as eleições diretas; o novo projeto de desenvolvimento com o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

E o Mendes Ribeiro foi um aliado de primeira linha; pela concepção de amplitude, era um grande articulador político e tinha a noção da unidade e da amplitude para a construção de um projeto nacional. Teve um papel importante reforçando aquilo que o PCdoB – e eu falo em meu nome e em nome do Maroni, em nome do meu Partido também –, o nosso Partido sempre disse sobre o significado dos partidos políticos e o significado da palavra e dos atos da unidade empreendida até o último momento.

O Mendes Ribeiro foi um homem que sempre a palavra empenhada ele levou até o último momento. Ele foi Ministro da Agricultura do Governo Dilma. Não posso esquecer que, no dia da eleição, participou, já em cadeira de rodas, do ato político dos aliados e dos vários partidos que constituíram a vitória. Esses homens e essas mulheres fazem história, e homens assim e mulheres assim não serão esquecidos jamais.

Eu falei aqui do Mendes Ribeiro na política como um exemplo; eu quero falar do Mendes Ribeiro na vida e finalizo. Nós não tínhamos assumido ainda, Ver. Cecchim, e eu e a minha mãe fomos buscar, no Rio de Janeiro, o corpo do meu irmão. Casualmente, no mesmo avião estavam o Mendes e a sua esposa, e ele foi de uma dedicação, de um amor, de uma compreensão, de uma ternura comigo e com a minha mãe... Eu falo desse lado humano porque ele representava ainda o novo partido que vinha da Arena, e eu o PMDB, e, dentro do PMDB, o PCdoB. Estas coisas nós não esquecemos, como não podemos esquecer que partidos e alianças são significativos para a construção do novo Brasil, e que, dentro dos partidos e das alianças, nós temos que sempre resgatar o significado de homens e mulheres que têm fidelidade às alianças que fazem e contribuem para que essas alianças avancem na construção de uma nação.

Muitos dizem que ele tinha o perfil conciliador, eu digo que ele tinha o perfil articulador. Não esqueço que, em 2011, em meio a uma faxina ministerial que derrubou seis ministros, o Mendes Ribeiro foi chamado a substituir, no Ministério da Agricultura, o então Ministro, e permaneceu no cargo, fiel ao projeto no qual ele se perfilou, até o ano em que teve que deixar o primeiro escalão para tratar da doença que o levou.

Eu tenho certeza, como espírita que sou, que o Mendes Ribeiro está sendo recebido por espíritos de luz, e eu tenho a absoluta convicção que a minha mãe, Gabriela Cony, com quem ele foi tão amoroso no momento de uma perda tão triste para nós num avião – ele de um lado, eu de outro no perfil político – é um desses espíritos que está a recebê-lo. Creio que nós, nesta Casa, devemos fazer, sim, como foi feito na Assembleia Legislativa, um luto oficial, porque é um luto por um homem que, não abrindo mão dos seus princípios e fortalecendo o seu partido, soube aliançar em favor do Brasil e ser fiel, até o último momento, à aliança que fez. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão, em virtude do falecimento do Deputado Mendes Ribeiro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta é uma segunda-feira muito triste para o PMDB do Rio Grande do Sul, para o PMDB do Brasil. Nós perdemos, no final de semana, o nosso querido companheiro, ex-Presidente do Diretório Municipal do PMDB, ex-Vereador da nossa Casa, ex-Deputado Estadual, relator da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, em 1989, Deputado Federal e Ministro Mendes Ribeiro Filho, uma figura importante do Rio Grande do Sul, não só do PMDB.

A Ver.^a Jussara Cony, com o seu discurso, balizou muito bem isso: o Ver. Mendes Ribeiro Filho, sem sombra de dúvida, conseguia estar acima do seu próprio partido e, muitas vezes, conseguiu aglutinar outros partidos que pareciam antagônicos. Mas, para o Deputado Mendes Ribeiro Filho, não tinha antagonismo na política; existiam pequenas divergências nas idéias, que ele as trabalhava, até arredondar qualquer assunto. Ele chegou nesta Casa muito jovem, Ver. Pujol, V. Exa. tem muito mais autoridade do que eu para falar sobre a passagem do Mendes Ribeiro Filho aqui, por quatro anos, mas foram anos importantes. Ele sempre dizia que a passagem dele pelo Legislativo Municipal deu o suporte, a base para toda a vida política de sucesso que ele teve. Mendes Ribeiro Filho era um homem do PMDB de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul e Nacional. Era um deputado com muita atuação nacional. Ontem, no seu velório na Assembleia Legislativa, compareceram o Vice-Presidente da República, o Presidente do PMDB e todas as figuras políticas de todos os partidos, demonstrando a figura importante que ele representava para a política rio-grandense.

Mendes Ribeiro Filho, sem nunca ter plantado um pé de couve, como ele dizia, foi um grande Ministro da Agricultura, porque sabia cercar-se de pessoas sérias, competentes, para fazer com que a sua atuação desse resultado, não só para ele, mas para o povo.

Essa perda que tivemos ontem do Mendes Ribeiro Filho foi muito triste. A nossa bancada está de luto, Ver.^a Lourdes, Ver. Professor Garcia. Nosso colega, Ver. Pablo Mendes, que está sofrendo a dor da perda do pai, pode ter o conforto e o orgulho do pai que teve nesses poucos anos - Mendes Ribeiro Filho nos deixou muito jovem, mas seus filhos e nós temos muito orgulho desse político gaúcho que deu grande parte da sua vida para o bem público. Quis o destino que, no mesmo dia de ontem, quando estava sendo velado o corpo de Mendes Ribeiro Filho, ocorresse a morte de Luiz Henrique da Silveira, Senador do PMDB, ex-Governador de Santa Catarina por duas vezes, ex-Ministro, Deputado Federal, Prefeito de Joinville, muito ligado ao Rio Grande do Sul... Eu tive a oportunidade, como Secretário do Codesul, de conviver muito com Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa amável, muito querida e que deixa uma falta muito grande, uma lacuna, no cenário político nacional. Espero que a falta de pessoas de bem, como Mendes Ribeiro Filho e Luiz Henrique da Silveira, possa ser compensada, para que possamos, em homenagem à sua memória, à memória desses dois políticos do bem, levar adiante as suas ideias e defender os ideais que eles sempre defenderam. Que a família de Mendes Ribeiro Filho, através do nosso colega Pablo, receba os nossos sinceros sentimentos de perda, mas acima de tudo, um sentimento de orgulho por termos tido Mendes Ribeiro Filho na nossa vida política no Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos visitam, venho aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, em meu nome e do nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, do nosso Líder, Ver. Marcelo Sgarbossa, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Alberto Kopittke, trazer as nossas homenagens e sentimentos à família e ao nosso colega Pablo Mendes Ribeiro, bem como a toda família Mendes Ribeiro. Trago aqui a nossa posição política e o

testemunho da postura do político Mendes Ribeiro Filho, que teve, na composição do nosso Governo, um Governo de coalizão, onde o PMDB é a Vice-Presidência. Ver. Idenir Cecchim, o senhor que, em nome do PMDB, fez seu pronunciamento, a nossa fala também é em direção ao PMDB, sabemos o que significa a perda, em um mesmo dia, de dois quadros significativos como Mendes Ribeiro Filho e o Senador Luiz Henrique da Silveira, ex-Governador de Santa Catarina. E dizer que Mendes Ribeiro Filho certamente só não estava no Governo da Presidente Dilma em função da sua doença, porque ele sempre se apresentou como um homem firme nas suas posições e honestidade política na suas relações. Isso é o que vale, isso é o que fica no significado de fazer e ser político, porque nós precisamos cada vez mais de homens que defendam posição e que defendam os seus partidos. É muito fácil hoje se eleger por um partido e, num outro dia, ter outra posição e sair defendendo o contrário ou vendendo o seu voto por alguns benefícios, sejam eles estruturais, partidários, de espaço, de mandatos.

Então, os nossos sentimentos à família do PMDB, à família do Mendes Ribeiro Filho, e o nosso abraço ao nosso colega, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que chegou a esta Casa quieto e vem aos poucos assumindo um papel na sua atuação política e na sua representação aqui do PMDB, trazendo na sua postura o que a família Mendes Ribeiro representou e representa na política gaúcha, sendo com o Mendes Ribeiro, pai; sendo com o Mendes Ribeiro Filho. Neste momento, quero registrar que o Mendes Ribeiro fazia questão, em todas as vindas da Presidente Dilma em atos oficiais, de estar presente. O último foi no Centro de Convenções do Plaza São Rafael em que a Presidente estava em atividade de campanha, e o Mendes Ribeiro Filho fez questão, em cadeira de rodas, de lá estar e dizer: “Eu continuo defendendo esse Governo, eu continuo defendendo essa política porque acredito que o Brasil esteja sendo transformado, e o PMDB está contribuindo para esse processo.” Então, quero reproduzir aqui aquele momento, que foi de muita alegria para todos nós, mas, ao mesmo tempo, de muita dor por vermos um político da estatura do Mendes Ribeiro Filho em cadeira de rodas, sofrendo com uma enfermidade que, infelizmente, o levou da nossa companhia. Então, concluo esta fala em nome do Partido dos Trabalhadores, e novamente quero dizer que Mendes Ribeiro Filho honrou, e a sua memória honra a política do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um grande abraço e a nossa solidariedade a toda a família e ao PMDB. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, não estava aqui no momento em que foi prestada a homenagem póstuma ao Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho, que faleceu no último sábado, após uma prolongada enfermidade; por isso não pude me solidarizar com o ato, como naturalmente eu faria se aqui estivesse. Fui informado pelo meu colega de Bancada, Ver. Dinho do Grêmio, que o Ver. Idenir Cecchim formulou uma proposta objetiva à Mesa para que doravante, em situações como essa, a Casa, nas oportunidades em que algum Vereador ou ex-Vereador viesse a faltar, decretasse o luto do Parlamento porto-alegrense pelo período de três dias. Iniciativa essa que tem, da parte do partido Democratas a mais ampla solidariedade. Pessoalmente, eu vivo uma situação, com relação ao Jorginho, diferente dos demais Vereadores à medida que não tive o prazer de tê-lo como meu colega aqui na Casa. Coincidiu que o período em que ele ocupou a vereança, de 1983 a 1988 – penso eu –, eu não estava no Legislativo da Cidade. Mas tenho com o Jorge uma ligação muito especial, porque, como Líder do PDS na ocasião, busquei já, em 1980, incluir o seu nome na nominata de candidatos a Vereadores pelo Partido, quando ele era um jovem assessor do falecido Deputado Celestino Goulart, então Secretário de Justiça do Estado. Na ocasião, eu tive a desaprovação pública do meu gesto pelo genitor, o Jorge Alberto Beck Mendes Ribeiro, que entendia que eu estava usando o nome do seu filho, quando, em verdade, o que nós estávamos era preconizando uma situação que se completaria em 1982, quando, efetivamente, ocorreram as eleições municipais, oportunidade em que o Jorge, concorrendo pelo Partido Democrático Social, alcançou a votação necessária para se eleger Vereador. E, mais tarde, foi eleito Deputado Estadual e ter toda uma campanha com a trajetória que culminou no Congresso Nacional, no Ministério da República e em tudo mais que a imprensa de hoje está realizando. Por isso, eu tinha com o Jorge um carinho especial, e ele retribuía com idêntica intensidade. Toda vez que eu estive em Brasília, nesses largos anos em que ele foi Deputado ou Ministro, me foi dado deferência especialíssima.

Mas, além desse aspecto pessoal, eu quero, com autoridade de quem ultimamente não comungou com as mesmas posições políticas do Jorge Mendes Ribeiro, que teve a coragem inclusive, num determinado momento, Ver. Cecchim, ser o único Parlamentar do PMDB gaúcho a apoiar a eleição da nossa Presidente Dilma, quando da sua primeira eleição. De todos os Deputados Federais do Rio Grande do Sul, só ele do PMDB que apoiava a Dilma, atitude que ele justificava como muita clareza, dizendo que era partidário de uma candidatura própria do PMDB, mas, como o PMDB não tinha candidatura própria e propunha o Vice da candidatura do PT, ele, como partidário, estaria apoiando aquela candidatura. E o fez com muita dignidade e com muita lisura. Por isso, eu quero me associar às homenagens póstumas que aqui foram prestadas, podem não ser os mesmos motivos, mas as razões e os fundamentos, ao final e ao cabo, se identificam entre si.

O Jorge foi, realmente, um grande valor da vida pública gaúcha, foi um excelente Vereador, um Constituinte Estadual muito bom, um Deputado Federal atendo à realidade socioeconômica e política do País e um belo Ministro da Agricultura.

Como bem lembrou o Ver. Idenir Cecchim, quando ele foi escolhido para o Ministério, houve críticas muito fortes de que ele não estava preparado para ser Ministro da Agricultura. Eu tive diálogos áspers, em programas de rádio, com seus críticos que depois mudaram a pretensão, dado que, com muita competência, habilidade e objetividade, o Mendes foi um belíssimo Ministro da Agricultura no momento muito difícil para a agricultura brasileira.

Então, por tudo isso e por ser do coração, eu me somo a vocês todos. Estou triste, muito triste, por não ter mais o Jorge conosco. Mas, de certa forma, tranquilizado – pelas circunstâncias de que os seus últimos dias não foram nada favoráveis –, porque Deus buscou um conciliador para armar as estruturas do céu, é a minha opinião.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores que estão conosco aqui na Câmara; nossos telespectadores e ouvintes; falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho

Motorista; e, muito especialmente, em nome do meu Partido, o PSB, na tarde de hoje, em que se reverencia – meu caro Ver. Idenir Cecchim – a passagem do nosso querido e estimado amigo Mendes Ribeiro Filho. E trazer uma homenagem nossa ao PMDB, dizendo das nossas congratulações pelo falecimento também do nosso Senador Luiz Henrique. O País perde dois nomes que abrilhantaram a nossa política do Estado e da Nação brasileira. Primeiramente, queremos trazer a nossa saudação carinhosa, fraterna e amiga ao nosso querido Vereador, companheiro Pablo Mendes Ribeiro, e dizer que, neste momento, estamos todos nós irmanados na dor. O Rio Grande do Sul também sabe e percebe muito bem a perda que tivemos. Então, queremos deixar aqui o nosso abraço ao Pablo.

Lá em 1986, concorri, pela primeira vez – inclusive, o Ver. Cecchim concorreu também, lá se vão 29 anos –, a Deputado Federal, e até que fiz uma bela votação. O nosso então Vereador Mendes Ribeiro Filho concorreu a Deputado Estadual, e também se elegeu pela primeira vez, só que já era Vereador em 1982; portanto, Ver. Pujol, lá se vão mais de três décadas de vida política do nosso amigo Mendes.

Nós acompanhamos a sua trajetória muito de perto, até em razão da nossa filiação partidária à época, todos nós éramos do MDB, e, depois, do PMDB; acompanhamos o Deputado Mendes enquanto Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro, e estamos aqui para trazer o nosso registro especial e carinhoso ao Mendes, ao Pablo e à sua família.

Porto Alegre se engrandece, sim, primeiro, com a figura do Mendes, e, hoje, com o Pablo, dando continuidade às ações que o nosso querido Mendes sempre desenvolveu aqui na Cidade.

O longo período de enfermidade do nosso sempre Ministro e amigo trouxe uma sinalização de como é bom lutar pela vida; e o Mendes Ribeiro fez isso com altivez e dignidade, lutando pela vida e lutando pelas causas do nosso povo de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul e do nosso País.

Portanto, aqui, repito, em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista e em nome do PSB, trazemos os nossos mais sinceros e profundos pesares pelo falecimento do amigo Mendes. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem aqui e através da TVCâmara, funcionários desta Casa, ocupo esta tribuna, hoje, para fazer uma manifestação muito triste, que realmente não gostaria, em momento algum, de fazê-la. Falo em nome do Partido Progressista, dos Vereadores Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Kevin Krieger – Líder da Bancada do Partido Progressista -, e eu quero registrar o nosso pesar e a nossa tristeza pela morte do Deputado Mendes Ribeiro Filho. Destaco seu trabalho na política, a sua caminhada, sua longa trajetória de muito compromisso, muita responsabilidade e um incrível viés político. Tive a oportunidade, através do meu pai – Pedro Américo Leal – de conhecê-lo, eles foram colegas na Assembleia Legislativa. Depois, quando eu fui Secretária de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, por várias vezes, tive a oportunidade de receber, na minha Secretaria, o Deputado Mendes Ribeiro, que estava sempre preocupado com as questões do Rio Grande do Sul. Ele começou a sua vida política como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Secretário do Estado, Ministro da Agricultura, Líder de Governo, Presidente Municipal do PMDB. E o que sempre me chamou muito a atenção, se eu tivesse que resumir o que falar da personalidade dele como homem público, era o lado disponível, acessível. Era um político que, não importava o cargo, onde estivesse, bastava uma ligação, ele mesmo atendia, e, se não podia atender, dava retorno. Nas minhas demandas, como Secretária da Cultura, nas vezes em que fui a Brasília, ele, prontamente, auxiliou o Rio Grande do Sul.

Então, faço aqui esse registro. Quero abraçar, é claro, a família, e, em nome do Partido Progressista, de todos os Vereadores da minha Bancada, deixar, com pesar, uma constatação: o Rio Grande não perde apenas um cidadão de bem, perde um grande político que tinha, na sua trajetória, o amor pelo Rio Grande e o compromisso de lutar pela nossa terra e pela nossa gente e, acima de tudo, ele não tinha siglas partidárias, ele ia em frente e procurava resolver. Então, eu quero registrar os meus sentimentos, os sentimentos da nossa bancada, um abraço ao colega Pablo, é uma dor imensa perder o pai, ainda mais tão jovem, aos 60 anos, que lutou tanto nessa doença por que passou. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queremos aqui em nosso tempo de oposição reafirmar nossas convicções e a grande preocupação com a intenção do Presidente do Congresso Nacional de levar a cabo uma reforma política que não dialoga com o que a sociedade vem acumulando, vem discutindo e com o diagnóstico claro de que hoje, quem acompanha a vida nacional, os debates, já tem da pior ou da principal fonte de corrupção de desvios, de conduta de parlamentares, que é um dos requisitos, um dos itens do sistema político, que é o financiamento empresarial de campanha. À medida que começamos a escutar que, no segundo semestre deste ano, o Congresso votará a reforma política, mas a reforma que tramita, a emenda do Deputado Vacarezza que tramita e agora se fala, inclusive, que tramita institucionalizando, legalizando a contribuição de empresas em vez de superar este poder econômico sobre os mandatos e esta vinculação e submissão dos negócios públicos ao poder econômico a quem financia as campanhas, ao invés disso, o que vimos é que anda no Congresso a institucionalização e já se fala em fidelização. Fidelização de contribuições de empresas. É como se nós fôssemos fazer à moda da proposta do distritão – eleição dos deputados, dos vereadores por distrito, ou seja, vincular a um grupo –, fazer um distritão com as empresas: cada empresa tem o seu lote, o seu grupo de deputados que a financia. Não é possível que, o Congresso Nacional, não possa fazer uma leitura séria, por exemplo, do projeto que a OAB e a CNBB encaminharam, que traz novidades e que enfrenta esse tema do financiamento empresarial de campanha; um projeto que enfrenta, porque as convicções dessas instituições, em nome de quase oito milhões de votantes que pedem o plebiscito, que querem opinar, são claramente contrárias ao financiamento pelas empresas. Ao invés disso, o Congresso Nacional trabalha, inclusive, na sofisticação da divisão desse financiamento. Se essa distorção do voto do eleitor perseverar, se persistir esse empoderamento do voto econômico, essa formação de redes de construção de deputados que defendem setores, privilégios – agora assistimos isso em relação aos transgênicos –, nós não vamos dar um salto no tema que hoje muita gente no Brasil

espera da classe política, que é o enfrentamento sério e eficaz da corrupção sobre o Estado brasileiro. O nosso entendimento, das oposições junto com os movimentos sociais, é de que o Congresso Nacional precisa convocar a sociedade para discutir o novo sistema político e eleitoral. Infelizmente, muitos cobram do Partido dos Trabalhadores por que o PT votou contra a Constituição de 1988, apesar de muitas vezes levantá-la a favor de vários temas. Nós votamos contra, por exemplo, porque ela não mexeu no sistema político/eleitoral, e deixou esse sistema como está, com profundas distorções, além de outras, como a sub-representação dos deputados dos centros urbanos em relação ao Nordeste, as coligações, a possibilidade infundável de coligação sem programa, que tem dificultado muito a compreensão do sistema político, do arcabouço político/eleitoral, pelo cidadão, para quem ele direciona o voto e que não lhe dá o retorno das expectativas do voto. Nós votamos contra a Constituição de 1988 exatamente por isso, e a crise imensa que o Brasil vive, no escortinamento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Vou concluir dizendo dos esquemas de corrupção que assustam a todos, que têm muitas medidas importantes encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo, e que devem andar, mas essa é a principal medida, porque é a medida que vai atingir a fonte da corrupção. Os empresários estão na cadeia respondendo por isso. Será que isso não é claro e nítido de que essa relação promíscua e privilegiada das empresas e empresários sobre o sistema político é ruim para o Brasil, corrompe não só a nossa economia? Porque, veja, não tem uma Petrobras, estamos sofrendo com isso, porque há obras paradas, porque a empresa pagou propina, porque a empresa foi corrupta e os empresários estão presos. Seja porque queremos aprofundar a democracia, seja porque queremos preservar as instituições... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, povo que nos assiste, estava ouvindo a Ver.^a Sofia, gostaria de contrapor aqui algumas questões. Temos que tomar cuidado quando falamos

de classes, de grupos de pessoas. A Vereadora – e não é a primeira vez que ouço Vereadores aqui falarem – diz: “os empresários”, “os esses”, “os aqueles”. Como nós, políticos, não gostamos da generalização, temos que dar exemplo, porque os empresários, esses “os” são os que geram empregos, são os que pagam impostos, são os que tocam este País, este Estado, e esta Cidade. Então temos que tomar cuidado aqui. Sempre me questionei, Vereador - e o que vou dizer aqui não é questão partidária –, sobre o Partido dos Trabalhadores, é como se fossem só eles os trabalhadores. Mas tudo bem, precisamos sinalizar nesse sentido. Todos os brasileiros, em princípio, são trabalhadores, tirando alguns que não trabalham, por questões de foro privilegiado pela vida, e outros que fazem outras coisas que não é trabalho. Esses, nós todos condenamos, independente das questões de bandeiras e cores partidárias. Mas a minha fala é no sentido: “porque os empresários, porque se não fossem os empresários, porque são os empresários”. Só um pouquinho, esses empresários são pais de famílias que trabalham não só oito horas por dia. Eu desafio alguém que me diga que um empresário trabalha só oito horas por dia! Então, é um apelo que faço para que a gente não marginalize, não vulgarize essas palavras: empresários e empreendedores. Aqui desta tribuna eu ouço também muitas vezes: especuladores imobiliários. Quem seriam esses especuladores imobiliários? Alguém sabe me dizer? Pois eu vou lhes dizer que eu estou convencido, há muitos anos, de que o maior especulador imobiliário deste País chama-se Caixa Econômica Federal. Sabem por quê? Basta os senhores fazerem um comparativo do que é pago de juro nos depósitos do Fundo de Garantia e do que a Caixa Econômica Federal cobra quando empresta dinheiro para construção da casa própria, mesmo o Minha Casa, Minha Vida. Somem, multipliquem para ver no final de um financiamento de 20, 25 anos, quantas casas esses mutuários terão pagado. Façam a correção, sem problema nenhum. É assustador!

Então, quando um agente financeiro, dirigido por esse ou aquele governo, abre uma linha de crédito e saem aqueles comerciais como se fosse um presente, na verdade, na verdade, poderíamos dizer o seguinte: de um lado, estão fazendo um negócio para atender uma parcela da população, por outro lado, estão fazendo aplicação de recursos onde estão cobrando um juro astronômico! Poucos dos senhores já pararam para fazer esse cálculo. Mas peguem um financiamento ou vão a qualquer agente financeiro, sinalizem ali um financiamento, que pode ser 50, 100, 500 mil ou um milhão, perguntem, pág. 13

pagando-se em 10, 15 ou 20 anos, qual é o valor da prestação e multipliquem esse valor – sem considerar que todos os anos é corrigido, só multipliquem esse valor! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta, está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TV Câmara, nós queremos, primeiramente, prestar as nossas homenagens ao colega e ex-Deputado Pablo Mendes Ribeiro, que encontrou o seu descanso, a paz. A gente, nesses momentos, é muito egoísta, a gente fica se apegando, não querendo que a pessoa descanse, mas sabemos que o Deputado estava sofrendo e encontrou o seu descanso eterno, a sua paz e agora está junto a Deus, com certeza, pedindo que este Brasil encontre o seu rumo certo. Queremos que a família encontre conforto, que, principalmente, o colega Pablo encontre conforto nas suas crenças, nas suas orações.

Queremos aqui também, pegando esse gancho que a Sofia e o Bernardino trouxeram, tratar a questão da reforma política. Nós achamos que é imprescindível que se faça uma reforma política séria, de fato, e não, como o Ver. Brasinha costuma falar, “remendos”. Tudo que estamos vendo o Senado fazer em relação à reforma política são remendos, uma colcha de retalhos. A ponto de o Senador Serra fazer uma proposta absurda, pela qual cidades com mais de 200 mil habitantes seriam divididas por distritos. E aí, claro, as empreiteiras, Ver. Marcelo, já fizeram o seu *lobby*; se vai ser distrito, as empreiteiras vão se organizar por distrito também, é óbvio.

Então, eu acho que nós temos que fazer uma reforma política séria: acabar com a contribuição das empresas nas campanhas, acabar com as emendas parlamentares, que são a segunda maior sacanagem que há. A primeira sacanagem é a contribuição das empresas, e a segunda faz referência às emendas parlamentares. São as duas sacanagens que corrompem a política brasileira – são as duas sacanagens! Porque a emenda, o financiamento de campanha... Ainda, um depoente na CPI questionava o que leva uma empresa que investe na bolsa de valores, uma empresa que tem o seu capital

aberto, uma empresa que ganha milhões por mês a investir num candidato, Ver. Tarciso. O que leva uma empresa a investir em mim, em ti, no Ver. Mauro, na Ver.^a Sofia, na Ver.^a Jussara, em nós, aqui, Vereadores? O que leva uma empresa a investir? O que leva uma OAS, por exemplo, a investir? O que leva uma empresa que ganha milhões a investir num candidato? O que leva? Não tem almoço de graça em lugar nenhum – não tem almoço de graça. Então, essas empresas investem, buscando um retorno ali na frente, quando chegam os projetos, seja na Câmara, seja na Assembleia, seja no Congresso Nacional. Então, temos que acabar com o financiamento privado de campanha. Isso tem que acabar! Acabar! Eu acho que tem que limitar assim como no financiamento de pessoa física. O financiamento de pessoa física é limitado ao imposto de renda, e acabou, é aquilo ali que o cara pode doar e encerrou! Está lá na declaração dele, está na declaração do candidato, é limpo e transparente e encerrado – acabou!

E as emendas parlamentares? O que interessa, para o Deputado, a emenda parlamentar? Primeiro, para ele ficar de quatro para o Governo. Repito: primeira coisa, ficar de quatro para o Governo. E, segunda coisa, para as empreiteiras ficarem lá. Não é à toa que estão fazendo *lobby* agora para o Governo liberar o quê? As reservas bancárias. Olhem o *lobby* que estão fazendo. O sistema bancário brasileiro não quebrou, porque tem reserva, e as empreiteiras estão fazendo *lobby* para que essas reservas sejam liberadas, Ver. Prof. Alex Fraga, para as empreiteiras. Olhem o absurdo a que chegamos! O sistema bancário brasileiro, depois da quebra do Banco Bamerindus, desses bancos que quebraram aí, o Banco Nacional, criou um sistema que garante reservas. Nenhum banco mais quebrou no Brasil, porque tem lá reserva! E, agora, eles querem pegar essas reservas; as empreiteiras querem pegar essas reservas sob a alegação de que estão passando por dificuldade financeira. Os trabalhadores são os que estão passando por dificuldades financeiras em virtude da inflação, em virtude da instabilidade econômica que leva ao desemprego. Então, acho que temos que discutir isso muito mesmo, e a reforma política tem que ser séria, não pode ser um retalho político. Com muita força, fé e esperança, nós vamos mudar a política no Brasil, fazendo uma política séria voltada aos interesses do povo, uma política séria sem o financiamento de empresas privadas e sem as emendas dos parlamentares. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h18min) Passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Engº Comassetto solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 4 de maio de 2015.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCL nº 031/14.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCL nº 031/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCL nº 031/14.

Aprego as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLCE nº 003/15. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLCE nº 003/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 003/15.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 003/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 03 e nº 04 ao PLCE nº 003/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 03 e nº 04 ao PLCE nº 003/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 064/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, ao PLCE nº 003/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 003/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLCE nº 003/15.

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 018/14, com Veto Total. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 018/14, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, em alguns momentos aqui, inclusive com o Promotor da Vara que cuida das questões relativas ao futebol, o Dr. Seabra, tivemos encontros para explicar as razões do porquê a Promotoria, que tem acompanhado bastante as questões vinculadas ao futebol e à violência nos estádios, tem se manifestado contra os casos de racismo que aconteceram em vários estádios do Rio Grande do Sul. Eles vieram debater o tema do aumento da violência e do consumo de álcool. Venho muito rapidamente, em meu nome e do Ver. Prof. Alex, discutir essa questão, primeiro, da legislação federal e, portanto, da inconstitucionalidade da matéria. É evidente que, quando existe uma legislação federal e uma estadual no que diz respeito ao estatuto do torcedor, em relação à proibição de venda de bebidas alcoólicas dentro do estádio, uma lei municipal, evidentemente, fere o princípio constitucional, no que diz respeito a essas matérias que já tramitaram em outras esferas e foram aprovadas como uma legislação para o Brasil inteiro. É verdade que muitos questionam o regime de

exceção que foi feito na Copa do Mundo, e que também teve a nossa crítica à época da Copa do Mundo, porque se criou um regime de exceção de todo tipo, de exceção de liberdades democráticas, de exceção do perímetro do estádio.

Na legislação federal da Copa, inclusive, se permitiu a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. E por isso nós nos manifestamos no Congresso Federal, nossos Deputados Federais, contra a lei geral da Copa. Isso foi uma posição nacional. E como nós repetimos sempre, dois erros nunca fazem um acerto, porque se existe essa comprovação, Porto Alegre ainda não tem dados como outros Estados do País. O Dr. Seabra trouxe que se conseguiu reduzir em até 80% os casos de violência dentro dos estádios. Se não me engano, foi em Pernambuco o exemplo trazido pelo Dr. Seabra a esta Câmara de Vereadores na V Temática. E Porto Alegre ainda tem não essa estatística. Eu acho que seria importante essa estatística, para que nós pudéssemos mensurar a aplicabilidade das políticas públicas de conjunto. Nós, da Comissão, que trabalhamos muito com as estatísticas de segurança urbana e de acesso a direitos humanos, vemos que a possibilidade de mensurar e comparar dados nos ajuda na elaboração de recomendações e exigências para os governos.

Mas uma coisa é fato: a legislação, primeiro, era inconstitucional; e, segundo, trabalhava com um conceito que, para nós, foi questionado desde o início. Lembro bem do Ver. Professor Alex, foi uma das primeiras matérias que o nosso Vereador do PSOL tratou aqui na Câmara, quando assumiu o mandato, que eram dois regimes dentro do mesmo estádio. Porque aí nas áreas VIPs poderiam consumir bebida alcoólica, e nas áreas comuns, dos outros cidadãos, não se poderia. Primeiro, se coloca uma política discriminatória, entre dois setores do mesmo estádio; e, segundo, isso é dotado de preconceito, porque significa que, à medida que a pessoa tem dinheiro pode beber que não tem problema, e à medida que a pessoa tem menos recurso, aí não pode. Isso é inaceitável. Nós não podemos trabalhar com políticas discriminatórias e que reforcem a tentativa de criminalizar a pobreza diante de uma situação que está cada vez mais forte nos estádios do País, que é a elitização do futebol. Há elitização dos ingressos do futebol, gerando o afastamento das pessoas que, ao longo de suas histórias, frequentaram os estádios como expressão de grande clamor popular e que tem vinculação e identidade com o povo brasileiro a um regime em que os ingressos são exorbitantes, em que as pessoas não conseguem acessar os estádios de futebol diante dos altos recursos dos

ingressos. Isso é um debate que vem sendo feito. Felizmente, movimentos como O Povo do Clube – que é um movimento do Internacional, mas sei que esse debate vem acontecendo em vários times de futebol – têm feito uma campanha forte e permanente contra a elitização do futebol, pelo retorno dos ingressos populares e da necessidade de garantir que o povo possa assistir a um esporte que é diretamente vinculado com uma paixão nacional. Temos certeza e convicção de que esse processo de Copa do Mundo do Brasil reforçou essa linha de mercantilização, de elitização à medida que as reformas milionárias, boa parte financiadas com os recursos públicos do BNDES, foram feitas com empreiteiras. Olhem o caso da OAS, do Grêmio: primeiro, a questão das contrapartidas públicas que não foram cumpridas. E nós temos a ação civil pública do Ministério Público exigindo que aquilo que foi contratado entre Município e OAS seja cumprido pela OAS, que são as obras do entorno, obras de mobilidade. Lembro bem que estudamos muito essa matéria e que, logo após a eleição, o Governo Fortunati simplesmente perdoou, ou assumiu para a Prefeitura, contrapartidas que eram de uma empresa privada e, por outro lado, uma empresa que ficará por muito tempo com metade da bilheteria do Grêmio, com valores exorbitantes. Isso aconteceu em todo o Brasil. Então é necessário evidentemente discutir essa questão a respeito do nosso futebol.

Havíamos nos manifestado contra a lei quando da sua aprovação. O Ver. Prof. Alex Fraga votou contra, essa foi a nossa posição partidária à época, por esses entendimentos que expliquei aqui na tribuna, por essas três razões centrais. Obviamente vamos manter a nossa coerência, a nossa posição original; votaremos pela manutenção do Veto, por entender que esse projeto tem três graves erros que não podem seguir ocorrendo. Precisamos manter o Veto para garantir que essas três visões equivocadas, as quais me referi anteriormente - que têm a ver com a constitucionalidade, com a garantia da legislação estadual e federal, e com uma prática discriminatória dentro dos setores dos estádios, não possam perdurar. Portanto, votaremos pela manutenção do Veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, todos os que nos assistem. Fernanda, eu tive a oportunidade de ouvir a tua fala aqui, e é tudo isso. Eu achava que o esporte, principalmente o futebol, era motivo de inclusão social dos povos, das crianças, dos adolescentes; mas é o contrário, o que a gente vê é muita... No domingo retrasado, eu estive no Gre-Nal, com o meu amigo Brasinha, e eu vi – não me contaram – que as pessoas bebem, bebem, bebem lá fora e vêm para o estádio sem condições de ver o jogo. Tu vais a alguns setores do estádio... Eu acho que esse futebol que nós estamos vivendo hoje, essas arenas que estão sendo feitas hoje não estão sendo feitas para a inclusão social. É outro tipo de futebol que estamos vivendo atualmente. E esse povo que ama o futebol está excluído do futebol. Discriminação racial, tudo está dentro e muito forte. Às vezes eu fico pensando que há um descrédito muito grande do ser humano por tudo o que é proibido, Ver. Mario Manfro. E é o que acontece, não só nas arenas, nos outros estádios: as bebidas, assim como as drogas, elas entram, ninguém sabe como, mas entram; as bebidas passam, ninguém sabe como, mas passam. “Eu sou filho do rei, tenho direito.” Eu votei “sim” a esse projeto do Ver. Brasinha. Eu não bebo, Nereu D’Ávila! Não bebo! Era para eu votar “não”! Mas não votei “não” porque há uma demagogia muito grande neste País! Muito grande, João Bosco Vaz! Dentro do estádio de futebol, se a gente ouve um grito chamando alguém de macaco ou de negão, isso é cobrado no mundo todo! Mas e aí fora, nos *shoppings*? Num lugar em que o negro frequente, que ele é discriminado, Ver.^a Fernanda? Talvez essa discriminação seja pior do que com o jogador lá no campo, porque, às vezes, ali você está com teu familiar, com teu filho, com a tua esposa. Então a demagogia é muito grande neste País! Não se pode comercializar bebida alcoólica nos estádios de futebol, mas, se vierem as Olimpíadas, a Copa Mundo, aí pode! Que interessante... Nós, torcedores brasileiros, não sabemos beber e nem tratar os que vêm nos visitar. Será que é verdade? Será que os outros países são melhores que nós? Eu acredito que não, porque não foi isso que eu vi na Copa do Mundo! E eu caminhei em Porto Alegre! Eu caminhei ali no Gasômetro! Ali estavam chegando os africanos, os argentinos, e eu vi – ninguém me contou –, que nós somos iguais. Mas aqui permanece ainda uma demagogia muito grande. Lá no estádio gritar “negro” é crime, mas no *shopping*, na rua não é crime! Beber no estádio é crime, mas beber nas grandes festas não é crime! Agredir a mulher lá no estádio não é crime, mas aqui fora é crime! Eu fico me perguntando: que lei é essa? A lei tem de ser igual para

todos! O valor da lei tem de ser nos estádios, tem de ser nos *shoppings*, tem de ser na rua, em qualquer lugar!

Eu concordei com tudo que o promotor disse aqui – concordo. Eu quero um estádio com paz, eu quero paz nos lugares aonde vou, que eu seja respeitado como ser humano, não pela minha cor, mas por aquilo que eu sou. Não quero discriminação com ninguém, porque é uma demagogia muito grande.

Eu sei que, quando jogava futebol, esse povão chegando era a coisa mais gostosa. Nesse povão tinham médicos, engenheiros, todo mundo era igual; era a inclusão social do esporte com o povo. Hoje, está sendo o contrário: hoje nós estamos excluindo aqueles que fazem o futebol ser uma festa. Então, vamos parar com essa brincadeira. Chegou o momento de este País olhar um pouquinho para esse povo, esse povo trabalhador, esse povo que tem direito de ir ao estádio, esse povo que não pode comprar o ingresso por ser tão caro. A televisão a cabo é tão cara que ele não pode ver o seu time atuando pela televisão, só aos domingos ou às quartas-feiras no canal fechado, que é a rede Globo – claro que vamos dizer aqui –, que tem seu horário das 16h e o horário das 22h.

Eu fico muito magoado, Sr. Presidente, com tudo isso que a gente vê acontecendo e com tudo isso pelo que lutamos, e eu luto até hoje pela inclusão social, principalmente da criança carente, por meio do esporte e da educação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14:

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, na condição de integrante do Partido dos Trabalhadores, votamos contrariamente, na ocasião, ao projeto do Ver. Brasinha, e, há alguns dias, estive aqui, como o Ver. Tarciso referiu, um Promotor do Ministério Público, que cuida especificamente desta parte da violência nos estádios, e, com uma vasta casuística, demonstrou o quanto a violência está associada ao consumo excessivo da bebida alcoólica. E é uma lástima não termos ainda um processo civilizatório, eu diria assim, avançado a ponto de permitirmos que o cidadão frequente espaços como esses sem aquelas imagens que, infelizmente, estamos acostumados a ver, de uma minoria, Ver. Tarciso, que acaba limitando a liberdade individual de alguns.

Eu quero fazer uma reflexão aqui para dizer que também na sociedade – não só quem vai ao estádio – o clube reflete muito, em grande parte, uma atitude de guerra. Não é à toa que torcida se chama exército – há toda uma linguagem de guerra, inclusive nas torcidas. Parece algo menor.

Presenciei já eleições internas dos clubes em que o nível de paixão passava do limite. Pude presenciar alguns debates ocasionais e nunca tinha percebido tanto – não vou usar a palavra fanatismo, porque acho que remete a algo muito mais pesado, mas, realmente, há uma linguagem de guerra e, em vez de aquilo ser uma competição saudável em que as pessoas aprendem, uma competição com regras, se torna uma verdadeira batalha. E é dos dois lados, nunca é de um lado só. No último Gre-Nal foram mostradas imagens da torcida gremista, alguns torcedores quebrando algumas cadeiras, mas também, provavelmente, alguns torcedores – e sou colorado – colorados também agrediram, seja verbalmente, seja atirando alguma coisa, alguma pedra, a torcida gremista.

Então, o convite, aqui, é um lamento, é um convite para que se repense a forma de fazer. Inclusive, os clubes incentivam, em vez de uma competição saudável, uma guerra. Eu sei, já vi adesivos do exército gremista, por exemplo; não é torcida, é um exército gremista. No Inter, provavelmente, torcidas organizadas também vão para o ataque. “Estamos indo lá para destruir o inimigo”, e não aquele adversário saudável. Por isso que é importante fazer a saudação a essa iniciativa das torcidas mistas, pessoas que vão juntas, colorados que levam gremistas e vice-versa. Acho que é isso que transforma o esporte naquilo que ele nasceu para ser. Os limites de uma competição. Depois de terminada a competição, comemoramos juntos; durante a competição, sabermos concorrer. Acho que o sujeito que desenvolve essa racionalidade consegue depois adaptá-la na sua vida em geral, e sabe que uma coisa é adversário e outra coisa é inimigo. Nós podemos ser adversários no campo da política, no campo das ideias, no esporte, mas não inimigos. Infelizmente, algumas pessoas não conseguem distinguir isso.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Inclusive diziam que eram as pessoas mais humildes que levavam essa guerra para dentro do estádio. Agora ficou provado que não, porque com o ingresso caro assim, os humildes não estão chegando perto.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver. Tarciso, o que o senhor coloca é muito interessante, porque a criminalização da pobreza pega inclusive... A Ver.^a Fernanda Melchionna colocou aqui que há um processo de elitização dos clubes, o clube, que antes era um espaço onde as pessoas se divertiam, pagando pouco para isso, torna-se um processo cada vez maior de elitização dos clubes no futebol, no mundo inteiro. E nós, infelizmente, não estamos livres desse processo que vai criminalizando a pobreza e excluindo as pessoas que não têm condições de frequentar os estádios de futebol. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu fiz questão de vir à tribuna porque este é um veto - vejam que nós brigamos muito com os vetos do Prefeito - com o qual concordamos. A nossa Bancada votou contrariamente à liberação da bebida alcoólica nos jogos de futebol. Nós não precisamos aqui repisar os argumentos, mas o sentido, Ver. Tarciso, já que não podemos incidir no espaço de fora, porque há a liberdade individual das pessoas, as pessoas bebem nas suas casas, enfim. Mas no espaço coletivo de massa, de ânimos à flor da pele está comprovadíssimo que o consumo de álcool acirra os ânimos, piorando as situações de conflito. Nós votamos contrariamente, julgamos que é uma contribuição para que o futebol seja um lugar de muito conagraçamento. Eu quero acrescentar aqui duas dimensões importantes destes movimentos. Acho que o veto preserva este dispositivo, mas quero louvar o esforço das torcidas mistas que está sendo feito nos estádios, porque sou daquelas pessoas que acredita ser possível transformar a barbárie a que assistimos nos jogos de futebol. Então acho que o esforço das torcidas mistas, o esforço que espero que a gente possa fazer - vim aqui também em função disso... Eu tenho um projeto de lei que acaba resultando na saída da Brigada Militar dos jogos, mas é um projeto de lei que estabelece a responsabilidade para quem realiza espetáculos artísticos, culturais, esportivos, de garantir a segurança dos participantes. Está tramitando, acredito que na última Comissão, deve vir a plenário. Gostaria de amadurecer com os senhores e com as senhoras. Esse

pág. 23

projeto de lei determina que quem organiza atividades culturais e esportivas deverá seguir um protocolo estabelecido pelos órgãos de segurança. São os órgãos de segurança que irão dizer que tipo de segurança tem de ser colocada num jogo de futebol, quantidade de pessoas e qual a qualificação da segurança a ser contratada. Então remeto aos órgãos de segurança o protocolo; no nosso projeto de lei tem a possibilidade de realização de convênio com a Brigada Militar. Possibilidade. Porque nós entendemos que a Brigada Militar não tem que estar dentro do jogo de futebol, atividade privada, fazendo serviço com o dinheiro público, muito mais agora em que está mais aguda a situação da segurança: o Governador não quer nomear brigadianos e policiais civis. Temos de fazer um processo de adequação, de luta e de incorporação dessa medida que consideramos urgente e necessária, pois a situação de segurança está piorando, estão degradando demais as relações, ausência do ostensivo, a desarticulação da Brigada, da Polícia Civil. Há uma situação muito grave no Estado, mas ainda não se justificam 7, 8, 10 horas de destinação e sabe-se lá de quantos homens e mulheres para fazer a segurança de uma atividade privada. Então, proibir bebidas, construir com as torcidas mistas, está no marco de nós construirmos esta atividade privada como qualquer outra atividade, um *show*, onde se reúnem 10, 20 mil pessoas e não precisa, necessariamente, ter briga – muitas vezes não tem nenhuma briga. A segurança do evento garante qualquer questão que precise ser dirimida, e a Brigada Militar vai fazer segurança onde deve fazer, que é nas ruas, no espaço público. Acho que esse passo, nós temos que dar. Tudo isso é parte de um amadurecimento, de um conjunto de medidas. Os clubes de futebol sempre vão ser resistentes, porque acham que é uma mera incorporação de custos. Eu não entendo que seja isso, eu tenho certeza de que, se os clubes de futebol passarem a pensar na própria segurança, a postura da sua torcida, da torcida organizada já vai mudar, porque o clube vai responsabilizar, vai chamar todo mundo e vai construir medidas de segurança. Então, passa pela questão cultural, passa pela retirada ou diminuição da bebida, da redução da alteração de ânimos em função da bebida, e passa, sim, por um compromisso e uma responsabilidade dos clubes com a segurança. Eu tenho certeza de que será outro público, outra possibilidade de conagração, de alegria, muito diferente de coisas que ainda estamos assistindo e pelas quais lamentamos. Então, parabéns, Prefeito, pelo veto, nós estamos com o senhor.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na ocasião da votação desse projeto, eu não votei, mas já havia me manifestado ao Ver. Alceu Brasinha que era contrário. Isso não quer dizer que eu não goste de tomar, de vez em quando, uma cervejinha – gosto, sim! –, só que determinadas normas de convivência são importantes para o sistema. Se nós lembrarmos, quando começou a questão de não poder fumar em determinados locais, foi uma briga, uma discussão como se fosse o fim do mundo, e hoje já é consenso entre a sociedade. Vamos voltar também para a época em que começou a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos automóveis: “Usar cinto de segurança? Bah! Vou ficar amarrado!”, e usaram outros argumentos. Hoje, instintivamente, já se criou o hábito: entras no carro, se és o motorista, já procuras o cinto de segurança – e os carros mais modernos tem um bipe que soa quando não estás com cinto. Se tens filho pequeno, a criança bate em ti e diz: “Papai, mamãe, o cinto de segurança!” Isso também mostra que as crianças já têm uma outra cultura que nós, adultos, aos poucos, estamos evoluindo. A questão da Balada Segura em Porto Alegre - a questão da proibição do álcool ao dirigir - mostrou que diminuiu e muito os índices de acidentes em nosso País. É medida preventiva. É a melhor medida? Bom, arrumem outra medida, então, que substitua. Mas essa é uma forma, é uma forma de proibido proibir. Não, aqui é saudar o proibir, aqui temos que ter essa questão. E a mesma coisa nos jogos de futebol: lembro que alguns usaram o argumento que quem quiser, bebe ao lado. Tudo bem; é uma outra história, mas lá dentro está provado que cada vez mais a ingestão de álcool e a concentração de pessoas só incita a questão da violência. Então, se buscamos cada vez mais aquela palavra de três letras chamada paz - a paz em todos os ambientes -, não podemos, de forma alguma, querer manter esse projeto. Quero parabenizar o Prefeito José Fortunati por vetar esse projeto, mas ao mesmo tempo penso, também, que nós, principalmente como base, temos que ter esse discernimento para, muitas vezes, não constranger o próprio Prefeito. Essa é uma missão de quem faz parte de uma base, porque é muito constrangedor. Muitas vezes falta também diálogo entre Prefeito e Vereadores. Então, de forma fraterna e franca, eu venho dizer que sou

totalmente pela manutenção desse Veto. Quero saudar, porque acho que são formas de evoluir. Hoje, e aqui, já foi dito, a questão da torcida mista é uma forma que, aos poucos, está se encontrando para a construção de uma cidadania, de viver em paz, porque gremistas e colorados, ou seja, quem é torcedor de ambos os clubes, conseguem conviver, mas nos estádios parece que criam, um abarreira e um tem que ser inimigo do outro. A sociedade não nasceu para isso. A atividade física, quando não se participa, vivendo ela, ela deve ser entretenimento e algo lúdico; por isso, vamos ao prazer, mas sem bebida alcoólica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, em especial o Laerte, que representa o Previmpa aqui junto com o Leo – há interesse direto que nós aprovemos o Projeto para o Previmpa. Tem o nosso acordo, fizemos uma bela reunião de Líderes, hoje de manhã, para tratar do assunto. Acho que é muito prudente que nós possamos estar com os olhos voltados para o futuro daqueles que deram a sua contribuição, e que merecem o conforto do descanso com a segurança devida relativa a seus proventos também para suas famílias.

Mas, eu quero fazer aqui uma reflexão. Prestei atenção na fala dos Vereadores que me antecederam no que diz respeito a este projeto de lei sobre as bebidas alcoólicas nos estádios. No último jogo em que estive no Beira-Rio, me chamou atenção ali no estacionamento, na concentração, um pouquinho antes do jogo: eu estava indo para o estádio com a minha filha e vi um carro com seu para-brisa coberto de latinhas de cerveja. Eram cinco ou seis torcedores fazendo um “esquenta” antes do jogo.

Nós tivemos até o posicionamento de alguns órgãos de imprensa contrários à liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, ao passo que, em seguida, saiu um editorial a favor da liberação da maconha. Então, às vezes, há algumas posições que eu vejo um pouco contraditórias, beirando quase uma utopia. Se a bebida no Brasil hoje está liberada para maiores de 18 anos, não posso entender as razões que fundamentam a proibição da

venda nos estádios, ainda mais agora em tempos de torcida mista, de conscientização. A gente ainda tem visto algumas barbaridades, como recentemente aquela briga entre torcidas em São Paulo em que mataram um torcedor do Palmeiras. Mas, realmente, pela sensibilidade do Prefeito e pelo encaminhamento e entendimento dele pelo veto ao projeto, nós vamos acompanhar o Prefeito. Tudo bem, acho que está vencida aqui a opinião daqueles que acham que a prevenção é algo importante e relevante no contexto, tendo em vista a violência nos estádios, tendo em vista que as pessoas ainda não conseguem, civilizadamente, assistir um espetáculo de futebol. Inclusive, quero dizer que presenciei, lastimavelmente, a depredação das cadeiras do Beira-Rio na final do Gauchão, eu estava ali nas cadeiras locadas, bem próximo, vizinho à torcida mista, e ali ao lado aquela situação constrangedora da torcida do Grêmio arrancando as cadeiras, jogando-as nos torcedores. Imaginem se pega na cabeça de uma criança uma cadeira daquelas!

Vamos acompanhar esse entendimento: se não se consegue mesmo uma convivência civilizada, se tiver que parar de vender bebidas alcoólicas para não haver mais porcária nos estádios, então, tudo bem, não vamos permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios. Gostaria de lembrar que, na Copa do Mundo, a venda de bebidas alcoólicas nos estádios estava liberada e nós não tivemos nenhum incidente em Porto Alegre, tivemos um belo espetáculo. Aliás, presenciamos as principais seleções, o primeiro, o segundo e terceiro colocados estiveram aqui jogando em Porto Alegre. Quero dizer, realmente, que essa é uma pauta que mexe com todos nós, porque o futebol é uma paixão. O Rio Grande é dividido: metade da torcida é vermelha; a outra é azul. Muitas pessoas vão aos estádios, o futebol é uma paixão nacional. Acredito até que a Copa do Mundo tenha uma maior visualização do que a própria Olimpíada, tamanho é o espetáculo do futebol no Brasil. Lamentavelmente, os dois times do Rio Grande arrancaram mal nesse fim de semana, Ver. Tarciso, no Campeonato Brasileiro. Vamos, então, acompanhar a opinião do Prefeito, no sentido de vetar. E aí vamos construir alguma alternativa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para concluir, quem sabe, possamos amadurecer, assim como conseguimos com as torcidas mistas, e mais para frente, então, se possa rever ou não a possibilidade de bebidas alcoólicas nos estádios. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para discutir o PLL nº 018/14, com Veto Total.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, sobre o mérito da questão de venda de bebidas alcoólicas em estádios, já aqui, na tribuna, ele foi exaustivamente analisado. Mas eu queria referir àquilo que a maioria dos Vereadores não lê, que são as razões dos vetos. E eu disse à Mesa, da tribuna, e fui mal-interpretado, que todos devem, pelo menos os Parlamentares, aperfeiçoar um pouco os seus conhecimentos jurídicos para poderem tratar de certas matérias. Aí, espalhou-se que havia dito que todos teriam que ser advogados. Não, não é necessário. Mas é importantíssimo o conhecimento jurídico, porque, por exemplo, neste caso, aqui, foi analisado, por alguns Vereadores, inclusive, por mim, que existe uma lei estadual de um Deputado do PSB, Miki Breier, que estabelece a proibição. Lei estadual, não é preciso dizer, tem abrangência também em Porto Alegre e, portanto, há uma hierarquia das leis. É necessário que se estabeleça conhecimento dessa situação. Então, o Vereador, no âmbito da competência municipal, tem algumas iniciativas, como diz a própria lei, no ensinamento do Ministro Gilmar Mendes, em seu Curso de Direito Constitucional, acerca da competência municipal para legislar (Lê.): “Aos Municípios é dado legislar para suplementar a legislação estadual e federal, desde que isso seja necessário ao interesse local. A normação municipal, no exercício dessa competência, há de respeitar as normas federais e estaduais existentes”.

Então, se tem uma lei municipal, esta Câmara não poderia ter aprovado o projeto do Ver. Alceu Brasinha, porque a própria Comissão de Justiça já havia apontado isso.

Nem vou referir o Estatuto do Torcedor, porque ele tem um linguajar que pode suscitar alguma interpretação maior ou menor, como o fez muito bem aqui, em outra discussão, o Ver. Cassio Trogildo. Então, não vou me reportar nem ao Estatuto do Torcedor, que diz no art. 13-A (Lê.): “São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: Inciso II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência”. Esse é o Estatuto do Torcedor, que é uma lei federal.

Então, a respeito do mérito, um ilustre promotor, a meu convite, esteve aqui e referiu dados estatísticos, que são irrefutáveis, disse: sim, a bebida ajuda a estimular o comportamento de torcedores já exaltados no ânimo da torcida dos seus clubes. Então, quanto ao mérito, é indiscutível que a bebida estimula, assim como qualquer droga, e a bebida é uma droga, embora, lamentavelmente, de uso corrente.

Agora, finalmente, no Brasil, surgiu, há poucos dias, que é considero crime vender bebida alcoólica para menores de 18 anos. O Brasil recém acordou para essa situação, e há, agora, uma lei federal tornando crime a venda de bebidas para menores de 18 anos.

Então, por todos os motivos, o Projeto aprovado é inconstitucional! Uma lei municipal não pode ir contra a uma lei estadual que existe! Há o Estatuto do Torcedor, que é uma lei federal! O mérito da questão já foi referido... (Som cortado por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Sr. Presidente, eu creio que não é nenhuma circunstância especial acatar o veto do Sr. Prefeito, porque dois motivos já foram exaustivamente, desta tribuna, tratados por outros Vereadores: o mérito e a questão legal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal o PLL nº 018/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 27 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

Em discussão o PLL nº 081/12, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde a todos, Vereadores e Vereadoras, Presidente, Mauro Pinheiro, público que nos assiste nas tribunas e pela TV Câmara. Eu subo aqui na tribuna para saudar mais uma vez, lembro que quando o Projeto do Ver. Márcio Bins Ely tramitou, eu subi e saudei o projeto por ser uma ideia louvável. A proposta de permitir, possibilitar que os nossos jovens, ao final do Ensino Médio, tenham assegurado o direito de um curso, um teste vocacional, é favorável. Nós precisamos muitas vezes dar a devida orientação para que os nossos jovens abram os seus olhos e analisem todas as possibilidades que o mercado de trabalho lhes oferece. Muitas vezes, por conta da imaturidade e da falta de uma visão mais globalizada, os nossos jovens ficam com a sua

visão restrita às ditas profissões clássicas, o indivíduo sai da escola e vislumbra apenas poucas possibilidades: "Ah, eu vou ser professor, vou ser médico, engenheiro, arquiteto". E o restante? As tecnologias da informação, as novidades que se abrem todos os anos no que se refere a novas tecnologias, como por exemplo, a biotecnologia, análise de bioprocessos, engenharias ambientais, isso muitas vezes não é do acesso dos pais, dos familiares, que deveriam prestar esta orientação. Muitas vezes, a escola tem um tempo muito restrito para debater tais assuntos. Nós temos PCNs que são muito extensos, temos uma grade curricular inchada, e faltam espaços para que os nossos jovens possam observar as possibilidades futuras. A proposta do Vereador coloca uma possibilidade para que os nossos jovens tenham o acesso a testes de cunho vislumbrador do futuro. Então, devemos analisar a situação da nossa Cidade. Temos apenas duas escolas municipais que prestam esse serviço, que fazem a conclusão do Ensino Médio, só duas escolas. O número de jovens é limitado. Todas as escolas contam, dentro do seu quadro profissional, com psicólogos. Então o psicólogo que já está dentro da escola deveria disponibilizar os testes para esses jovens. Tendo profissional, o dispositivo legal, os nossos jovens poderiam recorrer às escolas para fazer esse exame que é importante, justamente para abrir os seus horizontes. Falta perspectiva para a nossa juventude. A abertura de perspectiva contribui para a minimização de alguns problemas sociais.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O Ver. Alex é meu colega na Rede Municipal e acompanhou os debates do encontro municipal, da Conferência, e o Plano virá para cá. Eu fiquei muito gratificada, porque o conjunto da Rede não regrediu ao tempo em que tudo estava dentro da escola: o dentista, o médico, o psicólogo. A Rede firmou que aquele espaço é um espaço de aprendizagem e que nós precisamos de uma rede de apoio que funcione, uma rede de atendimento, que os outros equipamentos possam se articular e priorizar a escola, mas não levar tudo para dentro dela. Eu tenho uma visão mais longitudinal sobre esse tema do teste. Acho que o debate do Ensino Médio Politécnico, onde os estudantes fazem pesquisa, onde há uma aproximação criativa em relação ao mundo do trabalho, desperta na juventude os seus talentos, suas preferências, seus gostos, muito melhor do que um teste pontual. Meu filho, por exemplo, fez vários e cada vez dava uma área, ele me disse: "Mãe, eu não estou entendendo isso aqui!" De fato, eu acredito que um trabalho continuado, um Ensino Médio

que tenha sentido e mais aproximação com o mundo do trabalho, ajuda muito mais a juventude. É uma ponderação.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Para encerrar, Presidente, realmente, Ver.^a Sofia, concordo com o que trouxe ao debate, que, para o nosso jovem, só o teste vocacional é limitado; porém, infelizmente, ousou discordar, porque o projeto politécnico implantado pelo Governo do Estado passado é um fracasso. Falo isso como professor, e tendo conhecimento de vários colegas que trabalham com esse projeto, digo que esse projeto nasceu fracassado. É um projeto que visa única e exclusivamente a produzir mão de obra barata e desqualificada para o mercado de trabalho. Vou votar favorável ao projeto, Ver. Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu, antes de entrar no tema, quero ressaltar o papel *sui generis* – estranho -, porque numa lógica que às vezes nos atribuem, esses tempos foi dito que os Vereadores da oposição só votam contra os projetos do Governo. Nós temos aqui um projeto do Ver. Márcio Bins Ely, que temos diferenças em outros projetos, mas aqui um projeto que foi vetado pelo Executivo, e que nós aqui subimos na tribuna – e não sabemos ainda a posição dos Vereadores da base do Governo – para defendê-lo, independente, sem veto de autoria. Porque é um projeto bom. Por que ele é bom? Primeiro, porque fala no fornecimento de um teste vocacional gratuito. Se vocês entrarem na Internet e colocarem a palavra teste no Google – que hoje se tornou uma ferramenta indispensável –, a primeira expressão que se busca ali é teste vocacional. E quase todos os testes que estão ali - e fiz isso agora há pouco, antes de subir à tribuna - são quase todos gratuitos.

Talvez nós tenhamos, como a Ver.^a Sofia fez em aparte aqui, que problematizar um pouco mais. Realmente, os testes vocacionais sejam gratuitos, sejam pagos, eles têm fortes limites. Isso não é um teste que você faz em cinco minutos que vai guiar a tua carreira profissional, mas ele é um indicativo, é uma diretriz, como diz o Professor Garcia.

Vejam, nós estamos aqui falando de um jovem num momento de muita pressão, de angústias, de incertezas na sua vida, de pressões familiares, quantos jovens aqui têm um outro pensamento de atividade profissional, no entanto, a pressão familiar, tentando atender às expectativas de seus pais e familiares, acabam optando por um curso que, ao passar dos anos, se revela um mero agradar aos familiares do que, efetivamente, um desejo seu.

Então, digo tudo isso para ressaltar que o Executivo poderia aproveitar a oportunidade, porque o projeto de lei fala no fornecimento gratuito, por isso fiz questão de saber se na Internet os testes são gratuitos. Existem vários gratuitos, milhares de testes gratuitos, mas serve, sim, como um indicador. É claro que o jovem deve fazer outras consultas, verificar como funciona a profissão almejada através de estágios, através de inúmeras formas, conhecer os profissionais, saber o currículo da sua universidade, se for um teste vocacionado para a universidade. Nossa torcida é para que a bancada do Governo também apóie, e, pelos Vereadores que subiram à tribuna, a ideia é a derrubada do Veto e a manutenção desse auxílio, dessa orientação limitada, é verdade, mas é um indicativo útil num momento de vida em que as incertezas da vida profissional tomam conta da pessoa. É uma elucidação e um auxílio que é bem-vindo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12, com Veto Total.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna porque há muito venho tentando construir a aprovação desse projeto. Na realidade, hoje, ainda estivemos em reunião com nosso Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, e demais Vereadores, no sentido de um contato com a Secretária Cleci Jurach. Falei hoje à tarde por telefone com o Prefeito, que assumiu o compromisso de conversar com a Secretária. Quero me somar aos Vereadores que me antecederam, o próprio Ver. Marcelo Sgarbossa destacou os inúmeros testes vocacionais que podem ser feitos pela Internet de forma gratuita. A nossa rede de ensino municipal tem pouquíssimas escolas do antigo 2º Grau, ou seja, de Ensino Médio, nós só

temos duas escolas de 2º Grau, com turmas de Ensino Médio de primeiro, segundo e terceiro ano, e não acredito que tenhamos duas turmas por escola, no máximo isso, portanto estamos falando, talvez, de menos de cem alunos por ano.

Então, queremos fazer um apelo à Secretária Cleci no sentido de oferecer mais essa ferramenta aos jovens do nosso Município. Até porque uma das principais bandeiras do nosso Partido é a Educação, eu acredito que seja importante termos iniciativas na área da Educação. Aqui eu atribuo as duas principais responsabilidades de um mandato de Vereador: legislar e fiscalizar. Então, nesse sentido, eu quero dizer que temos procurado contribuir com políticas públicas, e eu me considero da Bancada jovem, juntamente com outros Vereadores, com ações propositivas na área de juventude e educação. Acho que esse é um projeto que vem agregar valor à formação e à decisão dos jovens que estarão ali à beira da realização de um vestibular, de um ENEM, enfim, decidindo o seu futuro e a sua profissão. Acho oportuno que possamos oferecer esse teste, por isso a iniciativa do nosso projeto de lei nesse sentido.

Nós estamos construindo, o projeto de lei foi aprovado. Mesmo que ele seja vetado, eu quero fazer um apelo para que possamos depois, a quatro mãos, a seis mãos – eu sei que existe uma orientação do Governo por acompanhar esse Veto – o reapresentar, caso exista uma ambiência e uma compreensão a partir da nossa Secretária de Educação e do Prefeito. Em seguida, mesmo que hoje seja vetado o projeto, que possamos aprová-lo ainda este ano, a partir de uma conversa mais detalhada a respeito do assunto. Queremos trabalhar no sentido de analisar essa possibilidade e ainda temos tempo, sei que o Ver. Kevin está trabalhando no sentido de fazer um contato com o Prefeito, porque o indicativo é pela derrubada do Veto, mas, mesmo assim, fazemos aqui esse apelo aos Vereadores. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente; Sras, Vereadoras, Srs. Vereadores, eu já tinha feito um aparte à fala do Ver. Prof. Alex, considero que não seria nem caso de estabelecer lei, porque esse momento tem que estar integrado no currículo,

não é um teste que despertará no menino ou na menina qual a sua vocação. A nossa juventude precisa é de um Ensino Médio significativo, importante, que o faça refletir sobre a sua vida, sobre a vida do seu entorno, que o aproxime do mundo do trabalho. Então, eu não considero relevante esse tema, respeitando a iniciativa e a preocupação do Ver. Márcio, tanto que não me opus ao projeto, acho que foi votado simbolicamente.

Eu quero aproveitar, Prof. Alex, para trazer um dado. No final do ano passado, no dia 24 de dezembro, ligou para o Professor José Clóvis o Estadão. E o Estadão publicou – vocês podem procurar nessa página, não deu tempo de eu ir atrás – que o único Estado que cresceu suas notas no ENEM foi o Estado do Rio Grande do Sul. Isso foi no final de 2014, ENEM, Ensino Médio. E, no desempenho do ENEM – dos jovens do ensino médio público do Rio Grande do Sul –, nós só ficamos atrás do Estado de São Paulo, que inclusive está decrescendo em relação aos seus índices, e nós crescendo! Nós somos o único Estado que evoluiu. E, no IDEB, em 2013, nós passamos do 11º lugar para o 2º lugar. E pasmem os que acham ainda que a nossa mudança era transformar os jovens em jovens funcionários operários, em caminhar de forma rasa o mundo do trabalho, Prof. Alex, não é verdade: os nossos alunos são campeões em proficiência de Português e de Matemática, e isso tanto no ENEM quanto no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Nós temos a convicção – é uma convicção que sempre norteou a nossa atuação, seja no parlamento, seja nas gestões de Educação – de que, nas escolas que são simuladas e que recebem suporte para pensar a sua prática, o resultado imediato é uma melhoria. E a mobilização que o Ensino Médio Politécnico produziu é polêmico, é diferenciado em cada escola, com uma lamentável oposição despolitizada do CPERS na época, porque não participou da conferência, não fez um seminário para fazer o debate sobre o Ensino Médio, que somente fez oposição, óbvio com os limites do tempo pequeno, tempo curto de aplicação. No entanto ele introduziu a pesquisa no Ensino Médio, a autoria do conhecimento, a integração das áreas do conhecimento a partir dos seminários integrados, que muitos professores não sabiam o que fazer, como fazer, mas que, aos poucos, os alunos passaram a produzir um conhecimento extraordinário, passaram a lidar com o conhecimento, a buscar conhecimento a partir de desafios da sua vida. Eu assisti, seja no Litoral, seja aqui, ao relato dos alunos sobre o resultado dos Seminários Integrados, das pesquisas que desenvolveram. E já dei exemplos, nesta tribuna, de pesquisas que me encantaram, seja o tema do exercício físico, da musculatura, vários

pág. 34

grupos contribuíram para a gurizada entender o que acontece com seu corpo nas academias.

Então, eu tenho de reconhecer que foi uma experiência limitada, num tempo curto. Infelizmente, o Estado do Rio Grande do Sul fez uma opção que está se mostrando um desastre para o Estado do Rio Grande do Sul, no recuo de todas as condições, seja na saúde, seja na segurança, seja na educação. Mas o Estado do Rio Grande do Sul entendeu de interromper e tentar uma outra gestão. Mesmo nesse curto tempo, tivemos, por exemplo, pela primeira vez, a queda da reprovação e queda, no último ano, da evasão – que também eram índices muito preocupantes no Ensino Médio. Então, foi o início de uma mudança qualitativa importante. E, para nós, o ENEM e o IDEB têm limites, mas são indicadores, alguns são indicadores que nós estabelecemos, e a UFRGS – vou marcar para que a UFRGS se apresente aqui numa quinta temática – vem monitorando o sistema integrado de avaliação que as escolas já vêm fazendo. A UFRGS tem estudos sobre ele, acho que tem muitos elementos para nos trazer, vale um debate aqui.

Quero encerrar dizendo que esse teste vocacional é muito pouco. Ele pode ser feito, inclusive, na Internet; o que nós precisamos é de uma transformação na escola, para que ela faça sentido para o nosso jovem. E ele vai descobrir o seu talento, vai descobrir a sua vocação na relação comum do trabalho, na produção livre e autoral do conhecimento, como uma escola de ensino médio tem de ser, com tecnologia à altura do seu tempo, com uma escola permeável às evoluções tecnológicas. Então, nesse sentido, inclusive, eu vou me abster ou votar com o Governo pelo veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12, com Veto Total.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, ouvi atentamente as diversas falas. E, pelo que vou falar, meu voto vai parecer algo meio confuso, mas vou dizer por que não, vou pelo menos tentar explicar. Eu sou totalmente favorável à realização dos testes vocacionais. Eu ouvi aqui: “O teste vocacional não diz exatamente”. E nem poderia dizer, tal a evolução moderna e o número de cursos, de faculdades que existem. O Brasil, nos últimos anos, sofreu uma proliferação enorme de faculdades. Só

para os senhores terem ideia, o meu curso é o de Educação Física; hoje, são mais de 1.400 cursos no Brasil. Pelo número de cursos que há, é mais fácil, talvez, acertar numa loto do que chegar e dizer: “Tu vais fazer este curso”, mas o teste vocacional vai te dar um campo de conhecimento e te dizer em que área tu podes trabalhar. Ele vai te indicar que podes trabalhar na área da saúde ou se tens mais vocação para a área das humanas. Isso facilita e dá um norte para os alunos, até porque, hoje, se perguntarmos aos Vereadores: quantos alunos vocês conhecem que se matricularam num curso, pararam aquele curso e começaram a fazer outro? Isso é normal, porque saem jovens demais do 2º Grau. E, ao mesmo tempo, há um outro desafio. Vão perguntar para os da minha faixa etária, aos que chegaram aos 60 anos: ao longo de suas vidas, quantas vezes mudaram de atividade? O mundo é dinâmico, as pessoas vão muito pelas oportunidades, mas o importante é que temos que ter um norte e buscá-lo, porque conhecimento ninguém nos tira.

E eu fiquei preocupado, porque o Ver. Márcio chegou e colocou: “Bom, mas eu espero que, talvez, então, mais adiante, nós possamos votar, reapresentar, que a Secretária Cleci...”. Então, a sua defesa, Vereador, desculpe, foi fraca, porque não é consistente, ou seja, já saiu do pressuposto que está derrotado. E, saindo do pressuposto que está derrotado, não vou ser eu que vou dizer que sim. Então, vou votar também pela manutenção do veto, mas volto a dizer que é importante, que nós temos que ter, sim, este tipo de atividade, porque ela é composta de várias maneiras. E são menos de cem alunos, porque dá uma visão do norte. Então, sendo da educação, não tem como nós não fazermos a apologia, querermos e dizermos da necessidade, mas, quando fica este vácuo... Então, vamos votar pela manutenção do veto, mas acho que temos que insistir com a Secretária Cleci se não existe, eu não sei, ela poderia, ao longo do tempo... Porque essas coisas, Ver. Márcio Bins Ely, são fáceis: V. Exa. é do Partido do Prefeito, senta com o Prefeito, senta com a Secretária, combinem. Não tem nada? Há dois anos passou uma lei de minha autoria que obriga todas as escolas em Porto Alegre, da 1ª à 5ª série, a terem educação física. Demorou quase três anos para ser implantada, porque tem que conversar. Na pré-escola não tinha porque tem as creches conveniadas, não têm recursos, vai-se montando isso com o Executivo, arredondando e facilita-se. É isso, então, Ver. Márcio, que eu espero, hoje. Eu vou votar pela manutenção do veto, mas espero, já que V. Exa. disse que estava derrotado, espero que V. Exa. chegue e converse

com o Prefeito, reapresente o projeto, fale com a Secretária Cleci para que possamos, então, evoluir. Muito obrigado. Esse é o meu sentimento e a minha sinceridade, Ver. Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 081/12, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, pretendo ser rápida, fui muito contemplada pela intervenção do Ver. Professor Alex. Eu não poderia deixar de vir aqui combater duas coisas que foram trazidas a esta tribuna: primeiro, começo pela minha colega Ver.^a Sofia, dizendo que eu gostaria de conhecer essas escolas que V. Exa. nominou, porque elas devem ficar em outro lugar que não o Rio Grande do Sul. Porque, na prática, o politécnico significou a perda da qualidade de ensino, e, ao mesmo tempo, empurrar goela abaixo da comunidade escolar uma mudança que interferiu brutalmente na visão generalista da educação e, por outro lado, não era um curso técnico. Então o estudante parou no meio do caminho, perdendo períodos fundamentais para qualquer vestibular, para qualquer ingresso nos cursos, com seminários que não foram construídos dentro da comunidade escolar. Eu digo isso porque estive em várias escolas dando palestras nos seminários, e os professores não tinham nenhuma condição, nenhuma formação de pensar seminários integrados, Ver. Prof. Alex! Porque eles fizeram essa reforma do politécnico, aprovaram e simplesmente anunciaram. Eu me lembro muito bem da conferência estadual de cartas marcadas organizada pelo Governo Tarso para endossar o projeto que era contestado dentro das escolas. Teve mobilização da juventude contra o politécnico, caminhada até a SEC e sequer foram ouvidos pelo governo; teve escolas que votaram contra a SEC e conseguiram mexer na grade a partir da mobilização. Não sei se a Ver.^a Sofia leu o projeto do Tarso porque eu me dignei a ler por inteiro, inclusive com os anexos que diziam muito bem que a educação no Ensino Médio estaria vinculada aos arranjos produtivos locais. Se isso não é servir de mão de obra barata para os empresários locais, não sei o que é. Anexo IV da proposta de reforma do Ensino Médio. Bom, reduziu a taxa de reprovação? É óbvio. Teve uma norma do Tarso obrigando a aprovação quase automática dos estudantes. Eu conheço dezenas, centenas

de professores da rede estadual que vinham e tinham que ficar dentro da meta da reprovação. Eu não acho que um processo de educação esteja muito bom, ao contrário, acho que precisa de uma revolução na educação no Brasil, mas uma revolução que amplie direitos, não contra reforma no sentido de baratear a mão de obra, de precarizar o trabalho do professor, de tirar disciplinas fundamentais e não ser nem educação generalista nem educação técnica, que foi exatamente o que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul. E o Ver. Prof. Alex foi brilhante em trazer esse tema à tribuna. Mais, Ver.^a Sofia, o Governo Sartori não mexeu no politécnico. Está muito bom para o Governo Sartori ter menos professores em sala de aula porque tem os seminários integrados. O politécnico segue igual. Se V. Exa. gosta tanto e estava falando no retrocesso do Sartori, nós combatemos o politécnico no tempo do Governo Tarso e vamos seguir combatendo na época do Governo Sartori. Agora, segue igual, assim como seguem 50% das escolas que não têm biblioteca, como era no tempo do Tarso Genro, e isso segue no Governo Sartori, assim como a maior parte das escolas não têm serviço de orientação educacional porque o Governo Tarso não fez concurso, assim como seguem sem bibliotecários porque não teve concurso público, ou seja, a educação segue um caos. E concluo combatendo os outros argumentos de como também acho que um teste vocacional não vai resolver os problemas da juventude, agora, ajuda, não é? Por que não dar mais direitos para a juventude? Vou votar contra o Veto do Governo, obviamente, como falava com o nosso companheiro Marcos e com o meu colega Ver. Prof. Alex, não é uma grande revolução que permitirá uma melhoria das condições globais da educação, mas por que não ampliar direitos? Teste vocacional é um direito, e para nós seria importante aprovar o projeto e derrubar o Veto do Governo Fortunati. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal o PLL 081/12, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADO** o Projeto por 6 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Em discussão o PLCE nº 003/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Presidente, solicito retirada de destaque das Emendas nº 03 e nº 04 ao PLCE nº 003/15, que são de autoria da Bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Solicito retirada do destaque da Emenda nº 05 ao PLCE nº 003/15, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Solicito que sejam votadas em bloco as Emendas nº 01, nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 003/15.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o bloco composto pelas Emendas nº 01, nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 003/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLCE nº 003/15. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em discussão o PR nº 019/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.^a Sofia Cavedon.

Em discussão o PLCL nº 031/14. (Pausa.)

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCL nº 031/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal o PELO nº 002/12. (Pausa.)

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da votação do PELO nº 002/12 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja alterada a priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à discussão, em 1ª Sessão, do PR nº 013/15, já que temos que fazer duas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PR nº 013/15, em 1ª Sessão. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Encerrada a discussão do PR nº 013/15, em 1ª Sessão.

Em votação o PLL nº 067/14. (Pausa.)

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Solicito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h10min) Encerrada a Ordem do Dia.

Aprego o Requerimento de substituição do Ver. Márcio Bins Ely, pelo Ver. João Bosco Vaz, para integrar, pelo Partido Democrático Trabalhista, PDT, a Comissão Especial para avaliar o retorno das áreas rurais do Município de Porto Alegre.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e pelas galerias, primeiramente, quero prestar a minha solidariedade ao colega Pablo Mendes Ribeiro e a seus familiares. Ontem estive no velório, e os comentários eram unânimes não só naquele local, não só nos ambientes de políticos, mas nos ambientes e comunidades por onde passava falava-se nessa família e nesse encaminhamento político direcionado às causas nobres. Como falei ao Pablo, esse é um segmento que ele deverá seguir já alicerçado pelos seus familiares que tanto lutaram por essas causas.

Também gostaria de falar sobre o novo projeto que tramita nesta Câmara e que trata sobre o mesmo assunto do feriado do dia 20 de novembro. Eu estava subindo à tribuna e o Ver. Reginaldo Pujol pediu que eu falasse deste projeto, até queria tocar em outros temas, mas gostaria de pedir aos Srs. Vereadores uma atenção especial ao PLL nº 065/15. Nós iremos conversar com cada um dos senhores assim como iremos conversar com o Prefeito e com as outras partes envolvidas.

Gostaria também de convidar os Srs. Vereadores e as pessoas que nos estão ouvindo para, dia 17 de maio, às 17h, participarem de uma passeata que faremos em prol da Segurança pública. A caminhada tem concentração na Avenida Guaíba, esquina com a Rua Déa Coufal, no bairro Ipanema, e segue pela Guaíba até a esquina com a Rua Laranjeiras, onde o pessoal utiliza *jet ski*. Essa é uma passeata que tem um cunho de manifestação para dizer aos entes políticos que queremos uma segurança séria, que queremos Segurança pública. É uma outra forma de manifestação de tomada de território e espaços que são nossos. Nós temos deixado, senhores, de frequentar espaços, com medo da bandidagem! Há pouco, nós tivemos aqui um projeto aprovado para que decidamos democraticamente, através de um plebiscito, se queremos ou não o cercamento do Parque da Redenção. Há pouco, senhores, tivemos, dentro de um estabelecimento prisional – que era para ser o mais seguro do Rio Grande do Sul –, na

frente de câmeras, a morte de um detento. Há pouco, senhores, nós tivemos a vida ceifada de uma criança de nove anos. E assim por diante, índices que estão aumentando cada dia mais. É o furto e roubo de veículos, é o aumento do índice de homicídios... Temos que dar um basta e dizer que esses espaços são nossos e não são de marginais. E dizer que nós podemos sim frequentar, a qualquer momento e a qualquer hora, os nossos espaços, porque são nossos! E dizer que não é necessário votarmos a favor de um muro de não sei quantos metros de altura com alarmes, com cerca elétrica, porque esse espaço é nosso! Vamos mostrar, e é para isso que eu conclamo a todos, que os espaços públicos são nossos e não da bandidagem. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Engº Comassetto.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, muito boa tarde. Venho aqui no período de Comunicações trazer algumas informações de prestação de contas do nosso mandato. E exatamente quero me referir ao mesmo assunto que o Delegado Cleiton acaba de fazer em seu pronunciamento, que é a temática da segurança pública. Nos últimos dias, tenho tido a oportunidade de participar de vários debates sobre o tema que, com certeza, é preocupação de toda a sociedade, e tive a oportunidade de debater com o atual Comandante-Geral da Brigada Militar, com o atual Diretor do Denarc, com Promotores. É uma questão política muito importante, que é uma constatação irrefutável, é que nós estamos no mês de maio, e o atual do Governo do Estado não apresentou a sua política de segurança. Vejam, eu não estou fazendo aqui uma crítica à linha escolhida, não é uma crítica pessoal, é um debate de conteúdo. Eu gostaria de saber qual a concepção do atual Governo do Estado para a política de segurança. Isso é importante! É importante um documento com as suas diretrizes, com as suas opiniões. É um assunto complexo, um assunto difícil, não há milagres. Aliás, eu sempre desconfio daqueles que têm a solução definitiva para o problema da segurança. Se fosse tão fácil assim, alguém já teria feito, como diz o ditado popular. Ter um documento do Governo do Estado é algo fundamental para que se saiba exatamente qual a concepção, porque, na minha opinião, ao que nós assistindo em Porto Alegre - e isso não é culpa do atual Governo, quero deixar bem clara

agora a minha opinião – é à entrada da cidade de Porto Alegre em uma terceira fase da guerra do tráfico de drogas. Nós não estamos mais falando daquelas pequenas organizações fragmentadas, que eram a característica de Porto Alegre. Ao que Porto Alegre está assistindo é o que o Rio de Janeiro já passou nos anos 1980 e 1990, e falo isso como uma análise mesmo. É fruto, na minha opinião, de erro da política sobre drogas, sobre a própria concepção de que encher as cadeias nos levará a algum lugar. Nós temos que encher as cadeias com qualidade – qualidade que eu digo é no sentido negativo, da prisão dos chefes do tráfico de drogas, e efetivamente fazer com que eles não comandem o crime lá de dentro. Porque hoje o nosso sistema prisional é um organizador das organizações criminosas. E, infelizmente, o trabalho, esse modelo de segurança de prender aquele jovem da esquina do tráfico de drogas, o chamado “aviãozinho”, só é uma arregimentação. O Estado está trabalhando para as organizações criminosas, porque é uma concepção sem planejamento. O que nós precisávamos era de um planejamento para intervir nas comunidades tomadas pelo tráfico para que nós pudéssemos, em parceria com a administração do Município, fazer uma entrada ao mesmo tempo da segurança pública, com inteligência, desarticulando todos os grupos, todas as lideranças, primeiro com a Polícia Civil, depois com a Brigada Militar e, depois, então, em conjunto com os serviços públicos, porque não adianta uma operação policial... Eu falo isso porque, infelizmente, a nossa Polícia Civil tem trabalhado cada vez mais, tem prendido mais, tem prendido armas, tem recuperado carros. Nossas polícias têm trabalhado cada vez mais, nós temos prendido cada vez mais, e a sensação de impunidade é cada vez maior. Por quê? Porque estamos num modelo de segurança pública reativa e não no modelo preventivo, de ocupação de território planejada.

E, também, estamos errando nesses cinco meses do Governo Sartori, porque se quebrou aquele ambiente de diálogo com as polícias, com os servidores, que haviam conseguido ações concretas e uma perspectiva de médio e longo prazo de recuperação das carreiras. Muitas pessoas que largavam a polícia para fazer concurso fora, em outros órgãos, estavam agora largando outros órgãos para vir fazer concurso na polícia – aqueles que convivem sabem que isso vinha acontecendo –, uma perspectiva de carreira. Porque não se faz segurança pública sem diálogo com aquele servidor que está lá na ponta, seja o soldado, seja o escrivão, sejam os nossos inspetores. São esses que têm de estar, também, motivados, mobilizados. Infelizmente, nesses últimos cinco meses, nós não

temos uma política de segurança e quebrou-se aquilo que se tinha conseguido construir, que era um ambiente de diálogo concreto, com arejamento, com valorização na Polícia Civil, com diálogo na Brigada Militar, para valorização da carreira de cabos e soldados. Isso, infelizmente, foi por água abaixo. Não se faz segurança pública sem dialogar e sem valorizar aqueles que colocam a sua vida em risco em nome da população, que são os nossos policiais.

O que se está vendo, nesses cinco meses, é a volta de algo que o Estado já tinha abandonado nos últimos os anos, que é a paralisação de policiais. Então, não temos nem o conteúdo, nem o diálogo. Isso é a certeza de que, infelizmente, a violência, mais uma vez, vai continuar nessa triste escalada que temos visto no nosso Estado. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, muito se tem falado em segurança. Eu estive pessoalmente com o Sr. Secretário Estadual da Segurança. Foi uma visita de cortesia, para conhecê-lo e colocar a situação da segurança de Porto Alegre, especialmente a do cumprimento das reintegrações de posse, sobre as áreas invadidas em Porto Alegre. E, Ver.^a Mônica, fui informado de que, de 52 invasões, cujas retomadas de reintegrações estavam pendentes, já foram feitas 40, faltando ainda 12 a serem feitas. Também se verificou naquele diálogo a importância do fortalecimento da nossa Guarda Municipal, que, no entendimento do Sr. Secretário, também tem poder de polícia e não é destinada somente à guarda dos bens municipais, e sim precisa atuar em conjunto com a Brigada Militar na prevenção dos crimes e na segurança propriamente dita.

Outra coisa, Sr. Presidente, mudando um pouco de assunto: estou preocupado com os cortes em todos os sentidos. No Governo Federal, estive em contato com o Secretário do Turismo, e ele me contou que deverá ser efetuado um corte na verba para o Centro de Convenções e Feiras de Porto Alegre. Também na área do DEP, há um corte nos projetos de revitalização do arroio da Areia e também do arroio Mangureira. Isso se lamenta profundamente. No setor do Governo do Estado, também me preocupam os cortes na

saúde, o que está trazendo problemas para os hospitais filantrópicos, especialmente para as santas casas.

Estive, nesta semana, em Gramado e vi como aquela cidade investe no turismo, na educação, no fortalecimento dos seus parques, das suas atrações turísticas, no seu comércio – que é muito forte –, na sua gastronomia – que é elevada – e também na grande oferta de hotelaria de qualidade. Gramado é um exemplo de investimento público produtivo. Oxalá Porto Alegre possa fazer esses investimentos para fortalecer a nossa economia e também o nosso turismo.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Márcio Bins Ely: Ver. Mauro Pinheiro, permita-me fazer um registro, em nome da Bancada do PDT. Sei que hoje é um dia de muita dor para a família do PMDB, também para nós. Em nome dos Vereadores João Bosco Vaz, Dr. Thiago, Nereu D'Avila e Delegado Cleiton, registro que hoje o Ver. Ervino Besson estaria fazendo 70 anos. Tenho certeza de que ele tem nos acompanhado aqui, ele, que se encontra no Oriente Eterno, foi cedo, mas deixou uma boa lembrança e bons exemplos. Queremos, então, registrar carinhosamente os cumprimentos pelo transcurso do dia que seria o aniversário do Ver. Ervino Besson.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro. Parabéns pela lembrança, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Jussara Cony.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro, meu amigo querido; boa tarde, demais colegas, Vereadores, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, funcionários aqui da Câmara Municipal. Faço um breve lamento em relação à questão da morte do nosso Deputado Mendes Ribeiro Filho, pai do meu amigo, o Ver. Pablo Mendes, uma figura querida que aprendi a gostar aqui na Câmara de Vereadores, menino de coração bom e puro e que seguramente está num momento difícil hoje. Mas eu, que sou budista, ou ao menos estudioso do budismo, acredito que ele esteja numa esfera melhor; somos feitos de energias, e ele deve estar num espaço bacana, melhor inclusive do que

nós, assim como o Ervino Besson, que o Ver. Márcio muito bem comentou. Esta nossa breve vida aqui é só uma passagem, um aprendizado, onde a gente tem que procurar ter momentos felizes, estimular e tentar ter um olhar positivo sobre as pessoas e sobre as coisas. O único significado dela é este: a gente tentar alimentar coisas boas, porque a vida passa muito rápido, seja para aqueles que nos deixam numa idade mais jovem, seja aqueles que nos deixam com idade mais avançada, mas também são jovens. Eu seguramente acredito que a gente tem uma outra caminhada que se segue posterior a esta vida terrena aqui.

Queria comentar que na sexta-feira estive em dois canis aqui de Porto Alegre que me sensibilizaram bastante. Eu tenho feito este trabalho relacionado a animais, de conhecer a realidade e ir até os locais, porque não basta apresentar projeto ou indicativo de lei sem conhecer a realidade de fato. Não que isso vá me dar a dimensão do que vive, mas pelo menos uma impressão. E cada vez mais eu vejo que tem gente que faz mais política do que muito político que se diz político, como parlamentar ou como deputado ou mesmo como vereador. Gente que vive uma vida muito simples, muitas vezes sem condições próprias para viver e que faz da sua vida uma doação de vida. Eu queria comentar sobre esses dois canis: primeiro o da Gina, que é uma protetora de animais lá da Zona Sul, uma protetora da Ponta Grossa, lá no Extremo-Sul e que tem lá no seu canil mais de cem animais que ela sustenta com doações, rifas, ela faz diversas iniciativas para arrecadar ração, para conseguir dar sustento para aqueles animais. Eles todos são tratados com muito amor, muito carinho, mais do que, muitas vezes, pessoas que têm só um ou dois cães tratam seus filhotes. Ela comentou que não tem, muitas vezes, nem como sair de casa, mesmo em festividades como Natal, Ano Novo, por que tem que cuidar dos animais. O que ela faz é um gesto de amor e de doação de vida que até impressiona. Convido os Vereadores, os que não conhecem, para irem lá, porque, seguramente, vão se sensibilizar tanto quanto eu, que fui lá e vi a sua realidade, vivendo no meio daqueles animais.

O outro canil que eu visitei foi o da Jenifer, em cima do Morro da Polícia. Ela tem lá 50 cães, é uma menina de 19 anos, cujo esposo é motorista, e eles sustentam 50 cães, os dois levam uma vida muito simples, é um trabalho absolutamente admirável.

Eu estive também, na sexta-feira, na Escola Mané Garrincha, e fiz uma palestra sobre a proteção, porque a gente está criando rede de protetores de animais dentro da escola. Na

atual realidade, não adianta só discutir como salvar, castrar e fazer doações, nós temos que tentar plantar para que, daqui a 20, 30 anos, haja pessoas que estejam cumprindo esse papel. Eu estou com 33 anos e espero que, quando eu estiver com 70, eu possa ver, daqueles 150 alunos que estavam lá aquele dia, que talvez 10, 20 se tornem sensíveis à causa animal e que a gente tenha uma geração melhor ainda para discutir e evoluir em relação a essa causa. Porque, como eu sempre gosto de lembrar, os animais têm sentimento, passam frio, passam fome, passam calor, muitas vezes dormem sem comida, e eu sempre pergunto nas escolas: quantas pessoas conseguem dormir com fome? Quantas crianças conseguem dormir com sede? Tem muitos cachorros e muitos gatos abandonados que hoje vivem com fome, passam sede, vivem uma vida miserável, e não existe cachorro solto, gato solto, existem cachorros e gatos abandonados. Então, toda a iniciativa de ampliação dessa rede de protetores sempre é muito válida. Vou deixar para falar na quarta ou na quinta-feira, da palestra que a gente teve... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer à Ver.^a Lourdes por me ceder esse tempo, porque quando usei o tempo de liderança do Solidarietà, logo que abrimos essa Sessão, falei aqui quando estava encerrando o tempo, da questão que está tramitando entre os bastidores do Governo, a possibilidade de uma proposta de liberar entre 10% a 15% dos depósitos compulsórios que os bancos têm hoje em dia. Foi uma forma que o Governo brasileiro encontrou para que não tivesse mais problemas, como tivemos quando quebrou o Bamerindus, o Banco Nacional e uma série de bancos, na década de 80, que quebraram e levaram poupadores e correntistas e o País a passarem por um momento muito delicado. Nós vimos isso na grande crise econômica que o mundo teve há quatro anos, quando os bancos quebraram. Mas o Governo propõe liberar esse compulsório para aliviar a crise das construtoras. Os depósitos compulsórios vão servir e são hoje uma garantia de segurança do sistema financeiro, e uma garantia para recurso das

empreiteiras. Isso é um absurdo! As empreiteiras aparecem em todos os escândalos que a República teve. Eu acho que o Governo tinha que usar do bom-senso, não querer, como a semana passada nós vimos, usar velhas táticas que se viam em governos passados, de editar pacotes em que quem paga a conta sempre são os trabalhadores. E na semana passada nós vimos o Congresso Nacional votar a Medida Provisória – e amanhã começa a votar outra Medida Provisória – que tira direito dos trabalhadores. Na semana passada, foi votada a nº 665, que tira o direito ao seguro-desemprego, que tira o direito ao PIS. E aí nós estamos falando exclusivamente, Ver. Marcelo, do primeiro emprego, estamos falando exclusivamente daquele jovem que começa a trabalhar. Ele trabalha um período de nove, dez meses, um ano e sai, e conta com o seguro-desemprego até achar outro emprego, porque o mercado de trabalho – e isso é dado do IBGE, dado do Governo – passa por uma estagnação. O mercado de trabalho já demitiu 8,5 milhões de pessoas. Então, no momento em que os trabalhadores, principalmente os jovens, mais precisam do seguro-desemprego, o Governo edita uma Medida Provisória que tira esse direito ao seguro-desemprego e tira esse direito ao PIS/Pasep. E agora tem mais uma Medida Provisória, que entra amanhã, que tira o direito dos pensionistas. Isso tudo são dinheiros que não vêm da Previdência, isso tudo são dinheiros do Fundo de Garantia.

Eu acho que não tem que usar os compulsórios dos bancos, mas se o Governo pensa em usar os compulsórios dos bancos, que use para tratar bem os trabalhadores brasileiros, que use esses compulsórios dos bancos para investir na indústria nacional e não para investir nas construtoras. E a gente sabe muito bem como é que funciona: as construtoras são as maiores empregadoras de mão de obra terceirizada, são as maiores tiradoras de dinheiro do BNDES. E a Emenda nº 663, que está para ser votada no Congresso Nacional, libera R\$ 52 bilhões do Fundo de Garantia do BNDES para as construtoras. E aí nós estamos falando em liberar 15% dos depósitos compulsórios dos bancos. Isso é um absurdo! Nós somos contra isso, somos contra tirar direitos dos trabalhadores, somos contra essa estagnação do mercado de trabalho! Mas vamos seguir lutando com força, fé e esperança para melhorar a vida dos trabalhadores e manter, pelo menos, um sistema financeiro que não nos leve a pagar a conta, como estamos pagando, tirando o direito sagrado dos trabalhadores, que é o seguro-desemprego, o PIS/Pasep, tirando o direito sagrado dos trabalhadores, que é a aposentadoria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nesta Sessão, venho a esta tribuna para informar que na próxima quinta-feira, dia 14 de julho, às 9h, teremos a reunião de instalação da Comissão Especial que vai tratar do retorno das áreas rurais do Município de Porto Alegre. Esse requerimento foi proposição nossa, deste Vereador, e, agora, nós tivemos a complementação da indicação das bancadas, dos seus 12 membros, Ver. Pujol – o senhor será membro desta comissão, por indicação de sua bancada. Ficaremos com a seguinte composição: Ver. João Bosco Vaz, pelo PDT; Ver. Idenir Cecchim, pelo PMDB; Ver. Engº Comassetto, pelo PT; este Vereador, Ver. Cassio Trogildo, pelo PTB; Ver.^a Mônica Leal, pelo PP; Ver. Reginaldo Pujol, pelo DEM; Ver.^a Jussara Cony, pelo PCdoB; Ver.^a Séfora Mota, pelo PRB; Ver. Paulinho Motorista, pelo PSB; Ver. Alex Fraga, pelo PSOL; Ver. Bernardino Vendruscolo, pelo PROS; e Ver. Tarciso Flecha Negra, pelo PSB. Nós propusemos essa Comissão Especial na Câmara Municipal, Ver. Cláudio Janta, nesse tema que é tão caro à cidade de Porto Alegre, nesse projeto do Executivo que nos foi publicizado aqui, tratado durante dois anos no ambiente do Executivo, para que nós possamos, em 60 ou 90 dias, termos o nosso debate aqui no Legislativo, que é que vai, Ver.^a Mônica Leal, que irá compor nossa Comissão Especial, votar a recriação ou não da área rural.

Na audiência pública que foi feita nesta Casa, no final do ano, Ver. João Bosco Vaz, também membro da nossa Comissão, alguns setores até queriam que nós votássemos ainda até o final do ano, quando nem tínhamos debatido, não havíamos conversado aqui, nesta Casa, e eu vim a esta tribuna e manifestei que a tese me é favorável. Eu tenho dito aqui que nasci na Vila Nova, que faz parte da grande área rural que Porto Alegre tinha no passado, e que a tese me é favorável. Só que nós temos que saber os prós e os contras. Vamos ter um ambiente aqui, de 60 a 90 dias, para poder, justamente, debater todas as questões favoráveis, os ajustes que se fizerem necessários. Então, queremos aqui, sem criar aquele antagonismo dos que são favoráveis e dos que são contrários, construir um

belo ambiente de debate, se necessário for, fazer ajustes, para que se tenha o melhor resultado, Ver.^a Mônica.

No dia da audiência pública, nós não tínhamos ainda, aqui, nem o mapa da proposição do Executivo. Naquele dia, estava chegando o DVD com a digitalização, e aí, então, nós já solicitamos que fosse impresso o mapa da proposta do Executivo num tamanho adequado, porque o que havia vindo no processo era muito pequeno. Não era nem possível visualizar. (Mostra mapa.) Então, nós teremos aqui, já, na quinta-feira, um exemplar para cada um dos membros da nossa Comissão, para que a gente possa tratar, fazer um bom debate com o Executivo Municipal, que é o proponente do projeto e também com a sociedade civil organizada... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...com o sindicato rural, que, sabemos, teve um papel muito importante, com as regiões de planejamento das áreas afetadas de toda a Cidade, mas, em especial, com o Conselho Municipal do Plano Diretor, para entender, Ver. Pujol, exatamente, o que significa o projeto.

Muitos dizem que é necessária a recreação da área rural para que os produtores passem a ter acesso ao crédito. E nós temos 500 produtores rurais, e mais ou menos, 300 estarão nessa nova zona rural; e os outros 200? Nós precisamos tentar resolver o problema de todos, porque, realmente, Porto Alegre, ainda mantém um tanto da sua vocação de produção rural; é a segunda maior Capital em termos de área de produção rural do País. Nós queremos, sim, poder ter um bom debate nesta Casa, na nossa Comissão Especial, e que a gente consiga atingir o melhor resultado nesses 60 dias, prorrogáveis por mais 30, a partir desta quinta-feira, 14 de maio, às 9h. Obrigado por todas as Bancadas que fizeram indicações e que vão participar, que nós tenhamos um bom trabalho a ser realizado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Cássio Trogildo ocupou esta tribuna para se manifestar acerca do Projeto sobre a restauração da área rural de Porto Alegre. Ele fez um belo pronunciamento, que eu não ousaria, inclusive, complementá-lo neste momento, na medida em que o nosso espaço é muito pequeno, bem como, principalmente, nós queremos fazer, Presidente, a primeira abordagem a respeito do projeto de lei, encaminhado pelo Executivo Municipal, que trata da mobilidade urbana do Município de Porto Alegre.

Projeto de grande profundidade, que chega à Casa, incorporando ao debate e ao próprio Projeto, nada mais, nada menos, que estes anexos, volumosos, que recuperam e acentuam determinadas circunstâncias que presidiram a análise da situação nas suas mais diferentes implicações.

Eu devo dizer, Ver. Janta, como Presidente que fui da Comissão que elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental em 1999, e relator da sua revisão, dez anos depois, que o assunto mobilidade urbana era cobrado desde aquela época. O discurso do Ver. João Antonio Dib era até monocórdio com relação a isso: Ah! Esse assunto não tem. A mobilidade urbana não é revista, não tem esse Plano Diretor, não tem esse detalhamento que agora, à primeira vista, vem a nós para a deliberação, de forma até, não diria abusiva, mas extensiva, com a quantidade de elementos que vem de formação.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, de deixar muito claro, não só, pela quantidade de material juntado, mas com a relevância do assunto, com a demora com que ele foi encaminhado para a Casa, depois de tantos anos, de tanta cobrança, de conclamar ao Executivo Municipal que não exija pressa da Câmara na deliberação sobre essa matéria. Essa matéria tem que ser cuidadosamente abordada, trata-se de um projeto de lei complementar, previsto pelo nosso Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que ainda que serodiamente, ainda que tardiamente, agora vem ao nosso exame. E neste fim de semana, a tentativa que eu fiz de ler o projeto e a sua Exposição de Motivos, tão somente, já se mostrou complicada. Mergulhar e nos aprofundar nesse anexo com muito mais razão; por isso, Sr. Presidente, colegas Vereadores, colegas Vereadoras, devo acentuar nesta hora, com toda... (Som cortado automaticamente por

limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu o faço, concluindo, com a responsabilidade de quem é Vice-Líder do Governo, que vamos nos empenhar diretamente, com o chefe do Poder Executivo Municipal, com os seus colaboradores diretos, com a EPTC, enfim, com todos eles, para que não exijam, dessa Casa, um pronunciamento apressado que poderia e - com muita probabilidade - comprometeria toda a capacidade e a qualidade da contribuição que o Legislativo da Cidade tem que dar para esse assunto.

Fico por aqui, Sr. Presidente; na próxima Sessão irei aprofundar mais ainda a análise que estou fazendo, com o auxílio de alguns técnicos, sobre esse plano que, exordialmente, está sendo por nós examinado hoje e que precisa ter o seu exame completamente aprofundado, dentro da responsabilidade que tem caracterizado este Legislativo que não deixa se levar por pressão e sabe medir diretamente a sua responsabilidade e aplicá-la com a correção que o povo de Porto Alegre merece. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h53min.)